

Proposta da Administração



Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2021, com informações requeridas pela Instrução CVM nº481, de 17 de dezembro de 2009.



Sumário

03	Propostas submetidas à aprovação
08	Informações requeridas pelo artigo 9º da Instrução CVM nº481/2009
08	Anexo I – Seção 10 do Formulário de Referência
49	Anexo II – Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência
75	Anexo III – Seção 13 do Formulário de Referência
99	Anexo IV – Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº481/09
105	Anexo V – Orçamento de Capital



Propostas submetidas à aprovação

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ nº 01.417.222/0001-77
NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta
Registro CVM nº 01794-9

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2021, com informações requeridas pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM nº 481”).

Senhores Acionistas,

A administração da MRS Logística S.A. (“Companhia”) vem apresentar aos seus acionistas proposta sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 29 de abril de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Praia de Botafogo 228, sala 1.201-E, Botafogo, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, conforme edital de convocação publicado nesta data:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

A administração da Companhia propõe que os acionistas apreciem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes e, após atenta consideração, aprovelem os referidos documentos cuja aprovação foi recomendada pelo conselho de administração em reunião realizada em 24 de março de 2021.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP e o comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do formulário de referência disposto no Anexo I desta proposta encontram-se disponíveis na sede e no site da Companhia (ri.mrs.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a distribuição de dividendos, a aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2021 e a retenção de parcela de lucros, conforme proposta dos órgãos da administração, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76.

A administração da Companhia propõe que seja apreciada a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme recomendada pelo conselho de administração em reunião realizada em 24 de março de 2021 e prevista nas demonstrações contábeis (DFP) de 2020, bem como seja

aprovado o orçamento de capital para o exercício referente ao ano de 2021.

O lucro líquido do exercício social encerrado no ano de 2020 foi de R\$ 430.281.690,13 (quatrocentos e trinta milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa reais e treze centavos).

No que se refere à destinação do lucro líquido relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 102.191.901,41 (cento e dois milhões, cento e noventa e um mil, novecentos e um reais e quarenta e um centavos) correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido (após a dedução de 5% destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76), a serem pagos em 1 (uma) única parcela, até o último dia do exercício social de 2021. Por ser tributada com base no lucro real, segundo o artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os dividendos distribuídos pela Companhia não são sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, nem devem integrar a base de cálculo do imposto de renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior. A quantia remanescente do lucro líquido de 2020 será retida, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital referente ao exercício social de 2021.

Informações adicionais sobre a proposta de destinação do resultado apresentada pela administração nos termos do Anexo 9-I-II da Instrução CVM nº 481/2009 e sobre o orçamento de capital estão disponíveis nos Anexos IV e V à presente proposta, bem como na sede e no site da Companhia (ri.mrs.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.

(iii) Fixar a remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

A administração da Companhia propõe a remuneração para os membros do conselho de administração no montante de R\$180,00 (cento e oitenta reais) por reunião a que comparecerem. Adicionalmente, propõe uma remuneração de até R\$ 13.124.628,78 (treze milhões, cento e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e oito Reais e setenta e oito centavos) para, de modo global, atender à remuneração da diretoria estatutária no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, delegando ao conselho de administração a sua distribuição entre os membros da aludida diretoria, conforme dispõe o art. 11 do Estatuto Social. A administração propõe também que o referido montante, correspondente a até R\$ 13.124.628,78 (treze milhões, cento e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e oito Reais e setenta e oito centavos), seja replicado para igual período relativo ao ano de 2022, até que a respectiva assembleia geral ordinária a realizar-se no próximo ano estabeleça novo limite.

Ao término do exercício de 2020, a diretoria estatutária fez jus a uma remuneração no valor total de R\$ 13.283.941,16 (treze milhões, duzentos e oitenta e três mil, novecentos e quarenta e um Reais e dezesseis centavos).

As informações do item 13 do Formulário de Referência dizem respeito ao período do exercício social, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Informações adicionais sobre a remuneração dos administradores de acordo com as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência encontram-se disponíveis no Anexo III à presente proposta, na sede e no site da Companhia (ri.mrs.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br), em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

(iv) (1) Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia; (2) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (3) Eleger o presidente do Conselho de Administração da Companhia;

Conforme previsto no artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será eleito pela Assembleia Geral e composto de até 17 (dezessete). A administração da Companhia propõe e entende que o cenário mais provável é que sejam eleitos 10 (dez) membros para compor o conselho de administração da Companhia, incluindo 1 (um) membro representante dos empregados da Companhia, nos termos do artigo 30 do Estatuto Social, e propõe-se também que seja eleito o presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 13, parágrafo único, do Estatuto Social.

Ainda, conforme previsto no artigo 10, Parágrafo 1º, do Estatuto Social, os membros eleitos terão mandato de 02 (dois) anos contados desde a data da eleição, permitida a reeleição.

Para investidura nos cargos, os membros eleitos para o Conselho de Administração deverão firmar declaração de desimpedimento nos termos da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação da CVM, sendo certo que estão em condições de firmar tal instrumento. Fimarão também o Termo de Posse e o Termo de Adesão às Políticas de Divulgação de Informação e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, pelo qual se comprometem a cumprir as regras ali constantes.

Nos termos do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09 e do artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, o percentual mínimo para requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital votante. Tendo em vista que a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação não atinge esse patamar, a hipótese da adoção do voto múltiplo e/ou do voto em separado para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia não é aplicável.

O Anexo II desta proposta, que reflete as informações constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência relativos aos candidatos ao Conselho de Administração indicados pelos acionistas controladores e pelos empregados da Companhia, encontra-se disponível no site e na sede da Companhia (www.mrs.com.br/ri), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.

Voto à Distância

A Companhia adotou o mecanismo de voto a distância por meio do preenchimento e entrega do boletim de voto à distância, para esta Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Instrução CVM nº 481. Informações adicionais referente ao exercício do voto a distância podem ser verificadas no boletim de voto a distância, disponibilizado pela Companhia nesta data e no item 12.2 da última versão arquivada do Formulário de Referência da Companhia.

Outras Informações

A Companhia esclarece ainda que esta proposta da administração, o edital de convocação, o boletim de voto a distância e todos os demais documentos necessários ao exercício do direito de voto nesta Assembleia Geral Ordinária encontram-se disponíveis na sede e no site da Companhia (ri.mrs.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br). Adicionalmente, os documentos relacionados a esta proposta da administração, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021.

Viktor Nigri Moszkowicz
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I
Seção 10 do Formulário de Referência

10. Comentários dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

a.1. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2020

A MRS encerrou o ano de 2020, com 159,8 milhões de toneladas transportadas, registrando um incremento de 8,8% em relação ao ano de 2019. Esse incremento pode ser explicado pelo impulso na demanda por minério de ferro, no mercado externo. Os diretores destacam que houve um aumento de 12,2% no volume do Grupo Mineração (minério de ferro – mercado local e externo, carvão e coque), com um incremento de 3,8% no volume do segmento Carga Geral (grupo composto por produtos agrícolas, siderúrgicos, cimento, contêineres, dentre outros), correspondendo ao final de 2020 por 38,6% do mix transportado.

Os diretores também informam que, em 2020, o Transit Time do minério de ferro, indicador que calcula o tempo de transporte (da origem até o destino) da principal carga da Companhia, apresentou incremento para 20,07 horas, contra 19,08 horas, de 2019. Esse pequeno incremento pode ser justificado pelo impacto do novo modelo de circulação para atendimento ao terminal do Andaime através da operação do Trem Não Tripulado. Nesse novo modelo, para o trem transpor a Zona de Auto Salvamento (ZAS) da Barragem Forquilha III de forma não tripulada é preciso cumprir um protocolo técnico e de segurança que reduz a velocidade média da composição.

Em 2020, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 785,0 milhões, 5,0% acima do total alocado em 2019. Segundo a diretoria, este incremento do volume de investimentos em 2020 pode ser verificado, principalmente, com a priorização na eficiência do transporte e sustentabilidade do negócio.

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2020 e a sua comparação com 2019.

Resultados Anuais	2020	2019	2020 x 2019
Receita Bruta (R\$ milhões)	3.890,2	3.483,7	11,7%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	24,0	23,7	1,1%
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.605,0	3.200,8	12,6%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	22,6	21,8	3,5%
EBITDA ¹ (R\$ milhões)	2.012,9	1.963,9	2,5%
Margem EBITDA (%)	55,8%	61,4%	-5,6pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	430,3	503,4	-14,5%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	0,83x	1,19x	-0,36x

¹ EBITDA acumulado 12 meses

Em 2020, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 3,6 bilhões. Segundo os diretores, o incremento verificado em relação a 2019, é explicado, principalmente, pela demanda inflada por minério de ferro no mercado externo.

O EBITDA de 2020 foi de R\$ 2,0 bilhões, 2,5% acima do verificado em 2019. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado pela boa performance no transporte tanto do grupo mineração, quanto do grupo de carga geral.

O resultado final de 2020 foi um Lucro Líquido de R\$ 430,3 milhões, que representou uma retração de 14,5% em relação ao verificado em 2019. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2020

representou a política constante da busca pela eficiência dos gastos, além da melhora do desempenho no grupo mineração, além do bom desempenho em Carga Geral.

O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA melhorou na comparação com 2019, encerrando 2020 em 0,83x, refletindo o foco sustentável na gestão de recursos, controle da baixa alavancagem e boa performance operacional.

A Companhia possui nota de classificação de risco (rating) atribuída pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor's (S&P)* e *Fitch Ratings (Fitch)*. Em 2020, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

a.2. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2019

Em 2019, a Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 3,2 bilhões. Segundo os diretores, a redução verificada em relação a 2018, é explicada, principalmente, pela queda da barragem em Brumadinho (MG) e suas consequências. O EBITDA de 2019 foi de R\$ 1,96 bilhão, 27,3% acima do verificado em 2018. Segundo a diretoria, contribuíram para este melhor resultado a adoção da norma contábil CPC06R2/IFRS16, que realocou os custos de alguns contratos de arrendamento operacional, pela redução no consumo de combustível, em decorrência do menor volume transportado, pelo empenho da Companhia para redimensionar e reduzir seus gastos operacionais e o resultado favorável em outras receitas e despesas.

O resultado final de 2019 foi um Lucro Líquido de R\$ 503,4 milhões, que representou uma pequena retração de 3,5% em relação ao verificado em 2018. Os diretores esclarecem que este resultado alcançado em 2019 representou a política constante da busca pela eficiência dos gastos, além da melhora do desempenho em Carga Geral, e provisão das cláusulas contratuais que constam nos contratos de longo prazo da Companhia - *Take or Pay*. O índice de endividamento da Companhia medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA melhorou na comparação com 2018, encerrando 2019 em 1,19x, refletindo o foco sustentável na gestão de recursos, controle da baixa alavancagem e boa performance operacional.

A Companhia possui nota de classificação de risco (rating) atribuída pelas agências de classificação de risco *Standard & Poor's (S&P)* e *Fitch Ratings (Fitch)*. Em 2019, ambas as agências reafirmaram os ratings da Companhia que são 'brAAA' pela S&P e 'brAAA' pela Fitch.

Resultados Anuais	2019	2018	2019 x 2018
Receita Bruta (R\$ milhões)	3.483,7	4.083,6	-14,7%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	23,7	23,4	1,3%
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.200,8	3.726,4	-14,1%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	21,8	21,3	2,3%
EBITDA ¹ (R\$ milhões)	1.963,9	1.543,2	27,3%
Margem EBITDA (%)	61,4%	41,4%	20,0pp
Lucro Líquido (R\$ milhões)	503,4	521,6	-3,5%
Dívida Líquida/EBITDA (x)	1,19x	1,38x	-0,19x

¹ EBITDA acumulado 12 meses

a.3. condições financeiras e patrimoniais gerais em 2018

No ano de 2018 a MRS apresentou o melhor resultado de sua série histórica relativo ao volume transportado,

com 174,6 milhões de toneladas transportadas, crescimento de 2,1% comparado à 2017 e de 3,5% em relação à 2016. Além do recorde de produção, os diretores destacam que, em 2018, a Companhia verificou um aumento na participação da Carga Geral (produtos agrícolas, siderúrgicos, cimento, contêineres dentre outros), que atingiu 32% do volume transportado e compensou a queda verificada no transporte de minério de ferro. Dentre os volumes de produção da Companhia, os diretores comentam que a queda de 0,9% no transporte do grupo Mineração (anteriormente denominado *Heavy Haul*), que registrou 119 milhões de toneladas de carga transportada no ano de 2018, é explicada pela redução dos volumes de minério de ferro destinado ao mercado externo, tendo em vista que este ano ficou marcado por dificuldades enfrentadas pelos clientes da Companhia devido às oscilações nos preços do minério de ferro no mercado internacional oriundas dos níveis exigidos de pureza do produto e do aumento de produção em sistemas de exportação. Sobre o transporte de produtos do grupo carga geral, os diretores informam que houve crescimento de 9,1% na comparação entre 2018 e 2017, atingindo 55,5 milhões de toneladas transportadas, e que este bom resultado é explicado pela melhor performance no transporte de produtos agrícolas, refletindo as melhores safras de milho e soja, e pela retomada da produção do setor siderúrgico.

Os diretores também informam que, em 2018, a MRS continuou a buscar a melhoria dos seus indicadores de eficiência operacional, como o consumo de combustível (diesel), que foi reduzido de 2,463 para 2,446 L/TKB (litro/mil tonelada bruta por km) na comparação com 2017. Outro importante indicador, o Transit Time (medido em horas), da origem ao destino nos fluxos de minério de ferro destinados à exportação melhorou, passando de 19,50 horas em 2017 para 19,47 horas em 2018. De acordo com os diretores, essas melhorias operacionais refletem o trabalho contínuo da Companhia para incrementar seus ganhos de eficiência operacional e financeira, além dos investimentos realizados nos últimos anos, como a aquisição de locomotivas mais modernas, GE AC-44, o emprego do *CBTC (Communication Based Train Control)* e o projeto *AESS (Automatic Engine Start Stop)*, que tornam as operações da MRS mais seguras e eficientes.

Em 2018, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 819,1 milhões, acima do verificado em 2017 (que correspondeu a R\$ 751,8 milhões). Segundo a diretoria, o aumento do volume de investimentos em 2018 pode ser verificado, principalmente, nos projetos de confiabilidade e modernização da via permanente e material rodante (vagões e locomotivas).

Os diretores apresentam na tabela abaixo os principais indicadores financeiros da MRS em 2018 e a sua comparação com 2017.

Resultados Anuais	2018	2017	2018 x 2017
Receita Bruta (R\$ milhões)	4.083,6	3.870,3	5,5%
Tarifa Média Bruta (R\$/ton)	23,4	22,6	3,5%
Receita Líquida (R\$ milhões)	3.726,4	3.492,8	6,7%
Tarifa Média Líquida (R\$/ton)	21,3	20,4	4,5%
EBITDA ¹ (R\$ milhões)	1.543,2	1.429,0	8,0%
Margem EBITDA ¹ (%)	41,4%	40,9%	0,5pp
Lucro Líquido ¹ (R\$ milhões)	521,6	434,5	20,0%
Dívida Líquida/EBITDA ² (x)	1,38x	1,50x	-0,12x

¹ Nos resultados ajustados são desconsiderados os eventos não-recorrentes

² EBITDA acumulada nos últimos 12 meses (resultado não ajustado, ou seja, considerando os eventos não-recorrentes)

b. estrutura de capital:

A Companhia busca sempre a otimização de sua estrutura de capital com ênfase na redução de custos financeiros. A tabela abaixo resume a estrutura de capital da Companhia nos três últimos exercícios, apresentando o padrão de financiamento de suas operações:

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Patrimônio Líquido (PL)	4.312,8	4.102,5	3.968,0
Capital de Terceiros (CT)	6.816,9	6.621,6	4.051,0
Passivo Circulante	2.131,4	1.868,8	1.176,1
Passivo Não Circulante	4.685,5	4.752,8	2.874,9
Participação do Capital Próprio (PL)	39%	38%	49%
Participação do Capital de Terceiros (CT)	61%	62%	51%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes, bem como que a Companhia tem condições de, se necessário, obter novos recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas ou no mercado de capitais, de forma a cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os resultados dos principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia são detalhados no item 10.1.f (iv) abaixo.

Os diretores da Companhia entendem que, em condições normais de mercado, a sólida geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações existentes.

Os diretores destacam que as análises de dois importantes indicadores são relevantes para garantir a capacidade de pagamento da Companhia, quais sejam:

- (i) O indicador Dívida Líquida/EBITDA, ficou em 0,83x em 2020, inferior (melhor), quando comparado com o indicador de 2019, que ficou em 1,19x e, de 2018, em 1,38x. Logo, nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, a Companhia cumpriu o *covenant* estabelecido com seus credores; e
- (ii) O indicador EBITDA/Despesa Financeira Líquida, que em 2020 foi de 9,61x, inferior ao verificado em 2019, de 11,79x, e ao verificado em 2018, de 10,0x. Logo, nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, a Companhia também cumpriu este *covenant* firmado junto aos credores.

Os diretores ressaltam ainda que a Companhia possui os seguintes mecanismos de proteção contratual, que garantem um fluxo de receita mínimo anual, conforme acordado nos contratos com seus clientes cativos, que são também os controladores da Companhia:

- (i) *Take or Pay*: prevê o pagamento de um valor mínimo por ano à MRS, tendo por base um volume acordado entre a Companhia e referido cliente, independentemente de o transporte ter ocorrido.
- (ii) Gatilho: prevê reajuste na tarifa cobrada do cliente a fim de repassar um eventual aumento no custo do óleo diesel, combustível utilizado nas locomotivas e um dos principais custos da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

utilizadas:

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os diretores informam que as fontes de recursos utilizadas pela Companhia para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes foram a geração de caixa operacional, empréstimos e financiamentos e emissão de valores mobiliários no mercado de capitais.

A esse respeito, os diretores acrescentam que a Companhia utiliza linhas bancárias de longo prazo, bem como analisa constantemente as opções de financiamento via mercado de capitais, já tendo realizado 9 (nove) emissões de debêntures desde a sua criação. Com relação aos três últimos exercícios sociais, note-se que foram realizadas em 2020, captações junto a bancos privados e públicos, no valor total de R\$511 milhões. Em 2019, ocorreu a 9ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$650 milhões. Já em 2018, ocorreram captações no montante de R\$607 milhões.

Os diretores destacam, ainda, que a MRS está inserida no setor de infraestrutura, considerado estratégico na visão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta forma, a Companhia consegue financiar seus investimentos em via permanente, vagões e locomotivas com linhas específicas deste banco, com taxas de juros e prazos de pagamento compatíveis com a característica de longa maturação deste tipo de investimento.

Em relação ao financiamento para capital de giro, os diretores destacam que a Companhia auferi prazo médio de recebimento curto, possuindo forte geração de caixa e, por isso, os financiamentos com a finalidade de fortalecer o capital de giro quase não são utilizados. Em contrapartida, os diretores acreditam que a Companhia busca sempre as melhores oportunidades no mercado para alongar o prazo médio de sua dívida e reduzir seu custo financeiro. Desta forma, na opinião dos diretores, as fontes de financiamento que não são atreladas aos investimentos da Companhia foram tomadas para melhoria do perfil da sua dívida.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia consulte o item 10.1.f (i) deste documento.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A diretoria da MRS entende que, caso ocorram deficiências de liquidez, poderão ser utilizadas fontes bancárias de prazo mais longo ou ainda operações via mercado de capitais.

O detalhamento das informações a respeito dos limites dos financiamentos já contratados encontra-se disponível no item 10.1.g abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela a seguir demonstra o nível de endividamento, considerando o passivo circulante e não circulante:

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Total do Passivo	6.816,9	6.621,6	4.051,0
Passivo Circulante	2.131,4	1.868,8	1.176,1
Passivo Não Circulante	4.685,5	4.752,8	2.874,9

As informações do endividamento apresentadas no quadro a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela imediatamente anterior.

Em R\$ milhões	2020	%	2019	%	2018	%
Dívida de Curto Prazo	822,6	28,6%	682,6	22,7%	426,7	17,0%
Dívida de Longo Prazo	2.050,9	71,4%	2.324,3	77,3%	2.081,9	83,0%
Total Dívida Bruta	2.873,5	100%	3.006,9	100%	2.508,6	100%

I - Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os diretores informam que os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R\$2.998,2 milhões em 2020, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Em R\$ milhões	2020	2019	2018
Debêntures	1.794,5	1.807,1	1.128,6
BNDES - Operações Diretas e Indiretas	404,8	669,9	784,5
Banco MUFG	653,6	617,1	587,1
CCB	152,6	-	-
EX-IM Bank USA	-	-	8,4
Arrendamento Mercantil	-	-	29,7
Perdas com Instrumentos Financeiros e Derivativos	10,6	12,3	24,4
Custos da Transação	(17,9)	(25,5)	(26,7)
Total Dívida Bruta¹	2.998,2	3.080,9	2.536,0

¹ Os valores acima não consideram o resultado líquido das operações de swap

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores informam que não há outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não estejam descritas no item I acima.

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Os diretores informam que não foram estabelecidas cláusulas de subordinação entre as dívidas da Companhia, sendo o grau de subordinação entre elas determinado pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 11.101/2005. Porém, para algumas das dívidas pendentes tomadas pela Companhia foram constituídas garantias específicas (o que pode afetar a posição dos respectivos créditos no âmbito de eventual concurso de credores, nos termos da legislação em vigor), quais sejam:

1) BNDES (DULC/FINEM):¹

- Penhor de recebíveis (contratos de prestação de serviços);
- Cessão de 90% do “Direito à Indenização por Rescisão” relativa ao eventual término antecipado do Contrato de Concessão e/ou do Contrato de Arrendamento;

¹As garantias foram revistas e algumas que era previstas originalmente foram retiradas dos contratos com o Banco.

2) BNDES (operações de FINAME e FINEM) para a aquisição de material rodante, vagões e locomotivas:

- Penhor dos bens financiados (vagões e/ou locomotivas).

3) Outros financiamentos (incluindo a 7ª, a 8ª e a 9ª Emissões de Debêntures):

- Operações sem garantia.

IV - eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os diretores informam abaixo os contratos financeiros que possuem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):

Contratos	Indicadores	2020	2019	2018
BNDES	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 2,5 ¹	Menor ou igual a 2,5 ¹	Menor ou igual a 2,5 ¹
Banco MUFG	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0
Debêntures 6ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	-	-	Menor ou igual a 3,0
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	-	-	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
Debêntures 7ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,0
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero)
Debêntures 8ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,5 ²⁴	Menor ou igual a 3,0 ²
	EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 3,5 ou menor que 0 (zero) ³	Maior que 3,5 ou menor que 0 (zero) ³	Maior que 4,0 ou menor que 0 (zero) ³
Debêntures 9ª Emissão	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,0	Menor ou igual a 3,5 ²⁴	-
CCB Safra	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5	-	-
CCB Sumitomo	Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,5	-	-

¹A Companhia obteve anuência do BNDES para que nas medições de Dezembro de 2016 o índice Dívida Líquida/EBITDA fosse repactuado de menor ou igual a 2,5 para menor ou igual a 3,0.

²A escritura das 8ª e 9ª emissões de debêntures prevê a repactuação automática do *covenant* Dívida Líquida/EBITDA de menor ou igual a 3,0 para menor ou igual a 3,5 após a liquidação da totalidade das debêntures da 6ª emissão.

³A escritura da 8ª emissão de debêntures prevê a repactuação automática do *covenant* EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas de maior ou igual a 4,0 ou menor que 0 (zero) para maior ou igual a 3,5 ou menor que 0 (zero) após a liquidação da totalidade das debêntures da 6ª emissão.

²⁴A partir de maio/2020 o índice Dívida Líquida/EBITDA, que em 2019 é menor ou igual a 3,5, passa a ser menor ou igual a 3,0.

As três emissões de debêntures ativas da Companhia (7ª, 8ª e 9ª emissões) possuem as seguintes restrições, além dos *covenants* financeiros listados na tabela acima:

(a) Debêntures 7ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 12 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 100.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Debêntures 8ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos imposta somente a ativos permanentes que representem em um período de 6 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 150.000.000,00, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando a maioria absoluta debêntures em circulação.

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, previsto no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvando o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Debêntures 9ª Emissão:

(i) Restrição à alienação de ativos não-circulantes que representem valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) dos ativos não-circulantes, em relação às demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, atualizado monetariamente pelo IPCA na menor periodicidade permitida pela lei, a partir da Data de Emissão, ou seu equivalente em outras moedas, exceto em caso de: (i) alienação ou permuta de bens, quando realizada com a finalidade única e exclusiva de substituição do referido bem ou no caso de obsolescência do referido bem para o curso regular dos negócios; (ii) alienações em razão da renovação da Concessão, desde que não impacte negativamente o EBITDA da Emissora; ou (iii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário

(ii) Restrição ao pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Vencimento Antecipado, previsto no estatuto social vigente da Emissora, que não tenha sido declarada até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, a Companhia cumpriu os *covenants* financeiros e as demais restrições estabelecidas pelos credores.

Além das restrições acima, a 7ª emissão de debêntures da Companhia possui cláusulas de vencimento antecipado automático relacionadas ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia em 2 ou mais

notches em relação ao rating na data de emissão das debêntures. As debêntures da 8ª e 9ª emissões não possuem cláusula de vencimento antecipado automático relacionado ao rebaixamento da classificação de risco da Companhia. A diretoria informa, ainda, que não houve eventos de vencimento antecipado de suas dívidas nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2020, dezembro de 2019 e em dezembro de 2018.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

As tabelas abaixo mostram os financiamentos contratados e parcialmente utilizados nos períodos abaixo indicados:

Em R\$ Milhões

Dezembro/2020				
Credor	Valor Contratado	Valor Tomado	Saldo Utilizado	Valor Disponível
BNDES Direto	80,0	0,0	0%	80,0
BNDES Indireto	0,0	0,0	0%	0,0
Total	80	0,0	0,0%	80

Dezembro/2019				
Credor	Valor Contratado	Valor Tomado	Saldo Utilizado	Valor Disponível¹
BNDES Direto	332,4	240,0	72%	92,4
BNDES Indireto	0,0	0,0	0%	0,0
Total	332,4	240,0	72,2%	92,4

¹Uma linha de financiamento foi contratada em 2019

Dezembro/2018				
Credor	Valor Contratado	Valor Tomado	Saldo Utilizado	Valor Disponível¹
BNDES Direto	252,4	100,0	40%	152,4
BNDES Indireto	0,0	0,0	0%	0,0
Total	252,4	100,0	39,6%	152,4

¹Uma linha de financiamento foi contratada em 2018

Segundo os diretores, os contratos acima possuem prazos longos de pagamento e têm como finalidade o financiamento de material rodante, obras civis e tecnologia para material rodante.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo apresentam a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial dos últimos 3 anos, com suas respectivas análises verticais e horizontais:

MRS LOGÍSTICA S.A.								
COMPARATIVO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018, 2019 E 2020								
(Em milhões de reais)								
	2018	% Vertical	2019	% Vertical	2020	% Vertical	% Horizontal 2018/2019	% Horizontal 2019/2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	3.726,5	100,0%	3.200,8	100,0%	3.605,0	100,0%	-14,1%	12,6%
Custo dos serviços prestados	(2.476,5)	-66,5%	(2.377,8)	-74,3%	(2.517,7)	-69,8%	-4,0%	5,9%
LUCRO BRUTO	1.250,0	33,5%	823,0	25,7%	1.087,3	30,2%	-34,2%	32,1%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Despesas com vendas	(14,5)	-0,4%	(14,0)	-0,4%	(13,4)	-0,4%	-3,4%	-4,0%
Despesas gerais e administrativas	(212,8)	-5,7%	(222,5)	-7,0%	(247,2)	-6,9%	4,6%	11,1%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(84,0)	-2,3%	456,1	14,2%	136,4	3,8%	-643,0%	-70,1%
LUCRO OPERACIONAL	938,7	25,2%	1.042,6	32,6%	963,0	26,7%	11,1%	-7,6%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	270,7	7,3%	312,5	9,8%	498,9	13,8%	15,4%	59,7%
Despesas financeiras	(425,0)	-11,4%	(597,4)	-18,7%	(815,3)	-22,6%	40,6%	36,5%
	(154,3)	-4,1%	(284,9)	-8,9%	(316,4)	-8,8%	84,6%	11,1%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	784,4	21,0%	757,7	23,7%	646,6	17,9%	-3,4%	-14,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Corrente	(296,9)	-8,0%	(391,5)	-12,2%	(340,3)	-9,4%	31,9%	-13,1%
Diferido	34,1	0,9%	137,2	4,3%	124,1	3,4%	302,3%	-9,6%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	521,6	14,0%	503,4	15,7%	430,3	11,9%	-3,5%	-14,5%

MRS LOGÍSTICA S.A.								
COMPARATIVO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018, 2019 e 2020								
(Em milhões de reais)								
ATIVO	2018	% Vertical	2019	% Vertical	2020	% Vertical	% Horizontal 2018/2019	% Horizontal 2019/2020
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	276,7	3,5%	668,3	6,2%	1.206,5	10,8%	141,5%	80,5%
Caixa restrito	69,3	0,9%	2,0	0,0%	-	0,0%	-97,1%	-100,0%
Contas a receber de clientes (*)	247,2	3,1%	899,7	8,4%	382,5	3,4%	264,0%	-57,5%
Outras contas a receber	16,0	0,2%	8,4	0,1%	8,7	0,1%	-47,5%	3,6%
Estoques	107,6	1,3%	119,5	1,1%	132,4	1,2%	11,1%	10,8%
Tributos a recuperar	108,4	1,4%	90,9	1,3%	63,6	0,6%	-16,1%	-30,0%
Despesas antecipadas	24,0	0,3%	18,0	0,2%	16,8	0,2%	-25,0%	-6,7%
Instrumentos financeiros derivativos	34,6	0,4%	51,6	0,5%	27,2	0,2%	49,1%	-47,3%
Outros ativos circulantes	17,7	0,2%	20,1	0,2%	27,3	0,2%	13,6%	35,8%
Total do ativo circulante	901,5	11,2%	1.878,5	17,5%	1.865,0	16,8%	108,4%	-0,7%
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo								
Contas a receber de clientes (*)	224,0	2,8%	175,2	1,6%	284,7	2,6%	-21,8%	62,5%
Outras contas a receber	52,1	0,6%	85,2	0,8%	30,3	0,3%	63,5%	-64,4%
Tributos diferidos	-	0,0%	-	0,0%	60,8	0,5%	0,0%	100,0%
Tributos a recuperar	40,8	0,5%	92,8	0,9%	108,6	1,0%	127,5%	17,0%
Despesas antecipadas	155,9	1,9%	4,9	0,0%	1,3	0,0%	-96,9%	-73,5%
Instrumentos financeiros derivativos	48,4	0,6%	44,7	0,4%	116,4	1,0%	-7,6%	160,4%
Outros ativos não circulantes	114,3	1,4%	126,9	1,2%	124,7	1,1%	11,0%	-1,7%
Imobilizado	6.437,7	80,3%	6.417,6	59,8%	6.567,6	59,0%	-0,3%	2,3%
Direito de uso em arrendamento	-	0,0%	1.852,6	17,3%	1.906,5	17,1%	100,0%	2,9%
Intangível	44,5	0,6%	45,8	0,4%	63,7	0,6%	2,9%	39,1%
Total do ativo não circulante	7.117,7	88,8%	8.845,7	82,5%	9.264,7	83,2%	24,3%	4,7%
TOTAL DO ATIVO	8.019,2	100,0%	10.724,2	100,0%	11.129,7	100,0%	33,7%	3,8%

MRS LOGÍSTICA S.A.								
COMPARATIVO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018, 2019 e 2020								
(Em milhões de reais)								
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	% Vertical	2019	% Vertical	2020	% Vertical	% Horizontal 2018/2019	% Horizontal 2019/2020
CIRCULANTE								
Fornecedores (*)	269,9	3,4%	197,4	1,8%	331,6	3,0%	-26,9%	68,0%
Obrigações sociais e trabalhistas	180,2	2,2%	178,2	1,7%	164,1	1,5%	-1,1%	-7,9%
Imposto de renda e contribuição social	112,3	1,4%	209,0	1,9%	207,3	1,9%	86,1%	-0,8%
Outras obrigações fiscais	24,4	0,3%	106,4	1,0%	50,3	0,5%	336,1%	-52,7%
Empréstimos e financiamentos (**)	419,5	5,2%	714,5	6,7%	831,6	7,5%	70,3%	16,4%
Instrumentos financeiros derivativos	20,2	0,3%	12,3	0,1%	10,6	0,1%	-39,1%	-13,8%
Dividendos a pagar	124,0	1,5%	119,7	1,1%	102,4	0,9%	-3,5%	-14,5%
Concessão a pagar (***)	74,1	0,9%	3,8	0,0%	4,7	0,0%	-94,9%	23,7%
Adiantamento de cliente (*)	2,5	0,0%	0,4	0,0%	1,9	0,0%	-84,0%	375,0%
Provisões	40,8	0,5%	39,8	0,4%	53,8	0,5%	-2,5%	35,1%
Arrendamento mercantil (***)	11,1	0,1%	256,0	2,4%	317,9	2,9%	2206,3%	24,2%
Outras Obrigações	33,7	0,4%	31,4	0,3%	55,3	0,5%	-6,8%	76,1%
Total do passivo circulante	1.312,9	16,4%	1.868,9	17,4%	2.131,4	19,2%	42,3%	14,0%
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo								
Fornecedores (*)	34,9	0,4%	37,0	0,3%	39,4	0,4%	6,0%	6,5%
Empréstimos e financiamentos (**)	2.057,6	25,7%	2.351,0	21,9%	2.156,4	19,4%	14,3%	-8,3%
Instrumentos financeiros derivativos	4,2	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Concessão a pagar (***)	59,4	0,7%	2,7	0,0%	2,7	0,0%	-95,5%	0,0%
Adiantamento de cliente (*)	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Tributos diferidos	201,1	2,5%	63,6	0,6%	-	0,0%	-68,4%	-100,0%
Provisões	406,7	5,1%	581,4	5,4%	662,5	6,0%	43,0%	13,9%
Arrendamento mercantil (***)	18,6	0,2%	1.650,7	15,4%	1.675,1	15,1%	8774,7%	1,5%
Outras Obrigações	79,6	1,0%	66,4	0,6%	149,4	1,3%	-16,6%	125,0%
Total do exigível a longo prazo	2.862,1	35,7%	4.752,8	44,3%	4.685,5	42,1%	66,1%	-1,4%
TOTAL DO PASSIVO	4.175,0	52,1%	6.621,7	61,7%	6.816,9	61,2%	58,6%	2,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	1.718,4	21,4%	1.917,3	17,9%	2.047,3	18,4%	11,6%	6,8%
Destinação de reserva para aumento de capital								
Reservas de lucros	198,9	2,5%	130,0	1,2%	104,3	0,9%	-34,6%	-19,8%
Reserva legal	1.917,3	23,9%	2.047,3	19,1%	2.151,5	19,3%	6,8%	5,1%
Reserva para investimentos	295,4	3,7%	320,5	3,0%	342,0	3,1%	8,5%	6,7%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.621,9	20,2%	1.726,8	16,1%	1.809,5	16,3%	6,5%	4,8%
Total do patrimônio líquido	3.844,2	47,9%	4.102,5	38,3%	4.312,8	38,8%	6,7%	5,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.019,2	100,0%	10.724,2	100,0%	11.129,7	100,0%	33,7%	3,8%

(*) Em 2018, para refletir de forma mais apropriada a composição das Contas a receber de clientes, Fornecedores e Adiantamento de clientes, a Companhia reclassificou nestas rubricas os valores referentes às Contas a receber com partes relacionadas e Passivos com partes relacionadas. Os valores comparativos no ativo circulante e não circulante e passivo circulante e não circulante foram reapresentados no Balanço Patrimonial dos anos anteriores para manter a consistência.

(**) Em 2018, para refletir de forma mais apropriada a composição de Empréstimos e financiamentos a Companhia reclassificou os valores referentes aos Arredamentos mercantis financeiros para uma nova rubrica no Balanço Patrimonial. Os valores comparativos no passivo circulante e não circulante foram reapresentados nos anos anteriores para manter a consistência.

Em função dessas alterações, alguns percentuais sofreram pequenas alterações em relação aos que foram apresentados nas versões anteriores do FR.

(***) Com a adoção do CPC 06(R2), os valores referentes ao arrendamento dos bens operacionais vinculados ao contrato de concessão, passaram a ser contabilizados nas rubricas de "Arrendamento Mercantil" no passivo circulante e não circulante. Desta forma, a partir de 2019, o valor registrado nas rubricas de "Concessão e Arrendamento a Pagar" no curto e longo prazo representam apenas o valor da concessão a pagar.

Seguem os comentários dos diretores referentes às principais variações ocorridas na Demonstração do Resultado dos períodos apresentados:

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2020 versus 2019

Receita líquida de serviços

A diretoria informa que, em 2020, a receita líquida da Companhia teve um aumento de 12,6% em relação a 2019. Esse acréscimo foi motivado pela recuperação de parte do volume proveniente de minas que sofreram interdição após a tragédia de Brumadinho em 2019, além de outros fatores associados com o aproveitamento de condições mercadológicas relacionadas à valorização da *commodity* no mercado internacional e a redução do índice de chuvas no primeiro trimestre de 2020.

Lucro bruto

O lucro bruto é o resultado da receita líquida menos os custos dos serviços prestados. Em 2020 a administração da Companhia informa que apesar do aumento de 5,9% nos custos dos serviços, decorrente, principalmente, do aumento do custo de depreciação em função da alteração de vida útil dos principais grupos de ativos da MRS e dos custos de matérias e serviços relacionados ao aumento do volume de transporte, a receita líquida teve um aumento superior, conforme mencionado acima, o que fez com que o lucro bruto ficasse R\$264 milhões melhor que em 2019, representando um crescimento de 32,1%.

Despesas Gerais e Administrativas

A diretoria informa que o aumento de R\$24,7 milhões é decorrente, basicamente, das despesas de Organização e Sistemas, uma vez que tivemos que fazer adequações para atender as demandas de *Home Office* para parte do contingente administrativo, buscando assegurar a confiabilidade dos trabalhos e segurança dos colaboradores, tendo em vista a pandemia de Covid-19.

Outras receitas/despesas operacionais

Os valores reportados na rubrica “Outras receitas/despesas operacionais” é o resultado da equação de receitas menos despesas operacionais. Nos anos de 2019 e 2020 o resultado dessa equação foi um saldo credor (receita). A administração da Companhia explica que esta variação de R\$319,7 milhões, representado uma queda de 70,1%, deve-se, principalmente, à redução no valor da receita referente às cláusulas previstas nos contratos de longo prazo da Companhia (*take or pay*) em relação a 2019, e menores provisões jurídicas no âmbito trabalhista.

Receitas/Despesas financeiras

A diretoria informa que a redução de 11,1%, ou R\$31,5 milhões no resultado financeiro líquido reflete o cenário desafiador ocorrido em 2020, com a deterioração de alguns indicadores que servem como pilares para a economia. Ocorreram amortizações em moeda internacional e novas captações, também em moeda estrangeira. As grandes captações ocorridas em 2020 tiveram proteção integral (*hedge*) para as suas variações de seus indicadores, entretanto, possuímos exposição passiva para indicadores sem a proteção (*hedge*).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A diretoria explica que a redução de R\$38,0 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre o lucro de 2020, quando comparado ao ano de 2019, é decorrente do menor lucro apurado em 2020 (queda de 14,7%). Os motivos da queda do LAIR já foram mencionados nos itens anteriores

Lucro líquido do exercício

A diretoria informa que o lucro líquido de 2020 foi de R\$430,3 milhões, uma redução de R\$73,1 milhões em relação ao lucro líquido apurado no ano anterior, representando uma queda de 14,5%.

Importante ressaltar que apesar do aumento de 8,8% no volume transportado de 2020 em comparação a 2019, o resultado da Companhia ainda sofre os impactos negativos do rompimento da barragem de Brumadinho (MG), ocorrido em 2019.

Desta forma, apesar do aumento do volume transportado, do aumento da receita líquida e do lucro bruto, por conta do acidente de Brumadinho, em 2019, registramos um valor significativo de receita de multa contratual (*take or pay*), cerca de R\$632 milhões, o que não ocorreu na mesma proporção em 2020, fazendo com que o lucro líquido apurado em 2019 se apresentasse melhor do que o lucro líquido apurado em 2020.

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social de 2019 versus 2018

Receita líquida de serviços

A diretoria destaca que, em 2019, a receita líquida da Companhia teve uma redução de 14,1%. Essa queda é explicada pelo menor volume transportado, basicamente de minério de ferro, principal receita da Companhia, em comparação ao exercício de 2018, reflexo dos desdobramentos após o rompimento da barragem pertencente a Vale S.A, em Brumadinho (MG), ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

No ano de 2019 o volume de transporte de carga geral cresceu, contribuindo para reduzir o impacto da retração no transporte de minério de ferro.

Lucro bruto

A diretoria informa que o lucro bruto apresentou uma redução de 34,2% em comparação com o exercício de 2018 devido, basicamente, à retração da receita, conforme comentado no item “Receita líquida de serviços”.

Outras receitas/despesas operacionais

A diretoria informa que as outras receitas/despesas operacionais tiveram uma variação de R\$540,1 milhões em relação ao ano de 2018. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao reconhecimento de indenização prevista nos contratos de longo prazo da Companhia (*take or pay*), em decorrência da redução de volume no transporte de Minério.

Em contrapartida, houve acréscimo nas provisões jurídicas no âmbito trabalhista ocasionadas por mudança de prognóstico, decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da

quantidade de ações judiciais.

Receitas/Despesas financeiras

A diretoria informa que o aumento de 84,6%, ou R\$130,6 milhões no resultado financeiro se deve, sobretudo, ao reconhecimento dos juros dos contratos de arrendamento, referente à adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Lucro líquido do exercício

A diretoria comunica que o lucro líquido de 2019 foi de R\$503,4 milhões, 3,5% inferior ao registrado no ano anterior.

O resultado da Companhia foi impactado negativamente pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG), que gerou redução no transporte de minério de ferro, principal receita da Companhia, sendo parcialmente compensado pelo reconhecimento do mecanismo de proteção de receita. A eficiência na gestão dos gastos também contribuiu significativamente para amenizar os efeitos desse acontecimento, resultando em uma redução final de apenas R\$18,2 milhões no lucro líquido quando comparado com o exercício de 2018.

Análise do Balanço Patrimonial 2020 versus 2019

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

A diretoria informa que o crescimento de R\$538,2 milhões no caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações nos primeiros seis meses de 2020, cerca de R\$500 milhões.

Caixa restrito

A diretoria comunica que encerra o exercício de 2020 sem compromisso com o caixa restrito. Por isso, apresenta uma redução de 100% em comparação ao exercício anterior, que estava composto por aplicações financeiras em CDB, constituídas como forma de garantia ao contrato comercial de compra e venda de energia elétrica.

Contas a receber de clientes

A diretoria explica que a queda de R\$407,6 milhões ocorrida em 2020, em comparação ao exercício de 2019, considerando curto e longo prazo, deve-se, sobretudo, ao recebimento, em 2020, do valor de R\$632 milhões, registrado em 2019 e relativo à receita de mecanismos de proteção (*take or pay*), além do menor volume financeiro registrado em 2020 relacionado ao mesmo tema para recebimento nos anos seguintes.

Cientes a Receber

	<i>Em Milhões de Reais</i>	
	2019	2020
Contas a receber de partes relacionadas	1.035,5	643,2
Cientes no país	40,5	25,1
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	(1,1)	(1,1)
	<u>1.074,9</u>	<u>667,2</u>
Circulante	899,7	382,5
Não circulante	175,2	284,7

Outras contas a receber

A diretoria destaca que a redução de R\$54,6 milhões em outras contas a receber no curto e longo prazo refere-se, basicamente, aos valores a receber de concessão e arrendamento decorrente de sentença favorável em processo judicial envolvendo o Poder Concedente. Em setembro de 2020, a Companhia foi autorizada a compensar o valor de R\$49,1 milhões na 94ª parcela da concessão e arrendamento a pagar, vencível em 15 de outubro de 2020.

Estoques

A administração da Companhia esclarece que, como estratégia ao enfrentamento da pandemia relativa ao Covid-19, realizou compras antecipadas de materiais, ação fundamental para suportar a manutenção e mitigando riscos de falta de materiais, que foram essenciais para desestocagem acelerada de ativos com a retomada do volume. Essa ação representa um dos principais motivos para o aumento de 10,8% no estoque da Companhia.

Tributos Diferidos (Ativo e Passivo)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço Patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O saldo até 2019 estava apresentado no passivo não circulante e, em 2020, passou a ser apresentado no ativo não circulante. A diretoria informa que no exercício de 2020 foi apurado um diferido ativo maior que o diferido passivo diferentemente do que foi apurado no exercício anterior. Basicamente, o resultado dessa inversão se justifica (i) pela redução do passivo diferido decorrente da mudança de vida útil dos principais grupos de ativos da Companhia, provocando uma alteração nos custos de depreciação fiscal e societária e (ii) pelo aumento do ativo diferido referente às contas de provisão.

Despesas Antecipadas

A diretoria explica que a redução no valor de R\$4,8 milhões considerando curto e longo prazo nas despesas antecipadas refere-se ao processo normal da Companhia de renovação das apólices de seguros que são pagas integralmente quando do início de sua vigência e amortizadas pelo período de cobertura.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento de R\$47,3 milhões no valor dos instrumentos financeiros derivativos – *Swap* – considerando o ativo circulante e o não circulante, quando comparado com 2019, deve-se, como explicado pela diretoria, pela

variação do dólar/euro que estão atrelados a ponta ativa do *swap* e a variação nas taxas de juros.

Outros ativos circulantes e não circulantes

A diretoria informa que o aumento de R\$5,0 milhões em outros ativos circulantes e não circulantes, quando comparado com 2019, deve-se, basicamente, ao maior volume de adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais e estrangeiros para aquisição de materiais e insumos que não correspondem ao ativo imobilizado.

Intangível

A diretoria destaca que o aumento de 39,1%, se comparado com 2019, refere-se aos projetos tecnológicos iniciados em 2020 com destaque para o início do projeto para implantação do novo sistema ERP (SAP) e desenvolvimento dos sistemas de TI, com foco nos processos da operação da Companhia.

PASSIVO

Fornecedores

Os diretores comentam que o aumento de R\$136,7 milhões em 2020 na conta fornecedores, no passivo circulante e não circulante, refere-se: (i) à aquisição de 5 locomotivas sendo 4 do modelo SD70 e 1 do modelo SD 80; (ii) à aquisições de *notebook's*, *deskktop's* e acessórios para atender a demanda de investimentos e (iii) à compra de 4 mil toneladas trilhos TR-57.

Fornecedores	Em Milhões de Reais	
	2019	2020
Valores a pagar a partes relacionadas	49,8	92,4
Em moeda nacional	184,3	268,3
Em moeda estrangeira	0,2	10,4
	<u>234,3</u>	<u>371,0</u>
Circulante	197,3	331,6
Não circulante	37,0	39,4

Outras obrigações fiscais

Segundo a diretoria, a redução de 52,6% nas obrigações fiscais, concentrada em PIS e Cofins, deve-se ao registro contábil desses tributos, em 2019, que são decorrentes do maior volume de receita reconhecida nesse mesmo ano referente aos mecanismos de proteção (*take or pay*) os quais foram pagos em 2020, conforme mencionado em outras receitas/despesas operacionais.

Em Milhões de Reais

	2019	2020	Var %
ICMS	13,1	21,1	61,1%
COFINS	68,6	13,6	-80,2%
PIS	13,9	3,2	-77,0%
Outros	10,8	12,5	15,7%
	<u>106,4</u>	<u>50,4</u>	<u>-52,6%</u>

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nos períodos abaixo indicados, estavam compostos da seguinte forma:

		Em Milhões de Reais		
		2019	2020	Var %
<u>Moeda Nacional</u>				
BNDES:		663,9	404,8	-33,6%
	FINEM	551,4	395,8	-28,2%
	DULC	101,3	-	-100,0%
	FINAME	17,2	9,0	-48,0%
Banco Safra		-	50,2	100,0%
Banco Sumitomo		-	102,5	100,0%
		<u>663,9</u>	<u>557,5</u>	<u>-16,8%</u>
Custos da Transação		<u>(2,0)</u>	<u>(1,5)</u>	<u>-25,3%</u>
		<u>667,9</u>	<u>556,0</u>	<u>-16,8%</u>
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Banco MUFG		607,0	653,1	7,6%
Ajuste de hedge de valor justo - Banco MUFG		10,1	2,7	-73,3%
		<u>617,1</u>	<u>655,8</u>	<u>6,3%</u>
Custos da Transação		<u>(0,0)</u>	<u>(0,0)</u>	<u>-86,2%</u>
		<u>617,1</u>	<u>655,8</u>	<u>6,3%</u>
<u>Debêntures</u>				
7ª Emissão		744,4	777,7	4,5%
8ª Emissão		397,6	337,9	-15,0%
9ª Emissão		661,9	677,1	2,3%
		<u>1.803,9</u>	<u>1.792,7</u>	<u>-0,6%</u>
Custos da Transação		<u>(23,4)</u>	<u>(16,5)</u>	<u>-23,8%</u>
		<u>1.780,5</u>	<u>1.776,3</u>	<u>-0,2%</u>
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custo da Transação		<u>3.065,4</u>	<u>2.988,0</u>	<u>-2,5%</u>
Circulante		714,5	831,6	16,4%
Não Circulante		2.351,0	2.156,4	-8,3%

A administração da Companhia esclarece que a retração de 2,5% na dívida bruta se deve ao menor volume de captações no ano de 2020. Em contrapartida, no período, houve a liquidação de operações junto ao Banco MUFG, que somaram R\$335,5 milhões.

Em 2020, a Companhia realizou captações de recursos, no valor total de R\$500 milhões, por meio: (i) da emissão da Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R\$150 milhões, e (ii) da operação 4131 no volume de R\$350 milhões. Tais recursos foram captados para reforço do caixa da Companhia e para o alongamento do perfil da dívida.

Instrumentos financeiros derivativos

A diretoria declara que a redução dos valores de instrumentos financeiros derivativos – *Swap* – do passivo circulante e não circulante, em 13,8% quando comparado com 2019, foi ocasionada pela liquidação e abertura de novas operações, visando a proteção dos riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Concessão a pagar

A diretoria informa que a variação de 23,7% em 2020, no passivo circulante, deve-se aos pagamentos trimestrais conforme estabelecido no contrato de concessão. As parcelas são atualizadas pelos juros contratuais e sofrem atualização monetária pelo IGP-DI.

Em Milhões de Reais

Concessão e arrendamento a pagar

	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Concessão a pagar	<u>6.474</u>	<u>7.443</u>
	<u>6.474</u>	<u>7.443</u>
Circulante	3.812	4.706
Não Circulante	2.662	2.737

Adiantamento de clientes

Apesar da pouca representatividade, no Balanço Patrimonial, os adiantamentos de clientes tiveram uma variação percentual significativa no ano de 2020. A diretoria esclarece que esse aumento foi decorrente da necessidade de negociação com alguns clientes.

Provisões

A diretoria informa que o aumento de R\$95,1 milhões no saldo de provisões em 2020 comparando-se ao exercício social de 2019, considerando passivo circulante e não circulante, se deve, basicamente, pela mudança no critério no provisionamento das contingências trabalhistas e cíveis, visando maior governança e melhor aderência ao que vem sendo decidido nos tribunais.

Outras obrigações

A diretoria destaca que o aumento de 109,3% em outras obrigações, considerando passivo circulante e não circulante, é consequência do reconhecimento da obrigação contratual decorrente da assinatura do quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, firmado em dezembro de 2020, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de

R\$353,5 milhões por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A diretoria esclarece que o aumento de 6,8% no capital social em 2020, quando comparado a 2019, deve-se à capitalização, em março de 2020, do valor de R\$130,0 milhões, após decisão do Conselho de Administração. O aumento foi realizado utilizando parte do saldo da reserva de investimentos constituída em anos anteriores.

Reservas de lucro

A diretoria informa que o incremento de R\$104,3 milhões nas reservas de lucro do ano de 2020, quando comparadas a 2019, é decorrente: (i) da destinação do lucro do exercício de 2020 no valor de R\$21,5 milhões para constituição da reserva legal, conforme previsto na legislação societária; (ii) da destinação de parte do lucro do exercício de 2020, no valor de R\$306,6 milhões, para constituição de reserva para investimentos necessários ao cumprimento do orçamento de capital da Companhia; (iii) da distribuição de dividendos adicionais utilizando parte da reserva de investimento no valor de R\$119,5 milhões; e (iv) da proposta de aumento do capital social a ser aprovado pelo Conselho de Administração, no valor de R\$104,3 milhões, utilizando parte do saldo da reserva de investimento.

<i>Em milhões de Reais</i>	
Constituição de novas reservas	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	21,5
Reserva para investimentos (75% do lucro líquido após reserva legal)	306,6
Destinação de reserva para aumento de capital	(104,3)
 Aprovação dividendos adicionais	 (102,4)
 Variação de reservas de lucro:	 104,3
Saldo - Reservas de lucro em 2020	2.151,5
Saldo - Reservas de lucro em 2019	2.047,3
Variação %	5,1%

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ativo circulante ÷ passivo circulante)

O índice de liquidez corrente em 2020 atingiu 0,88, refletindo uma queda de 0,45% em relação a 2019.

A administração da Companhia informa que a redução no índice apresentado em 31 de dezembro de 2020 refere-se a vencimentos de dívidas estruturadas, sendo a maior parte dos vencimentos concentrados no segundo semestre de 2020. Como medida de reposição de capital de giro, a Companhia realizou captações de aproximadamente R\$500 milhões durante o ano. A administração entende, ainda, que este cenário será administrado ao longo de 2021 em função da forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais, bem como mediante novas captações de recursos de longo prazo, a fim de reforçar a liquidez da Companhia. A Companhia terminou o ano de 2020 com R\$1.206,5 milhões em caixa.

Análise do Balanço Patrimonial 2019 versus 2018

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

A diretoria informa que o crescimento de R\$391,6 milhões no caixa e equivalentes de caixa deve-se, basicamente, ao maior volume de captações no primeiro semestre de 2019. As principais captações foram a 9ª emissão de debêntures e financiamentos junto aos bancos MUFG e BNDES.

Caixa restrito

A diretoria informa que a redução de 97,1% é decorrente da alteração junto ao BNDES de algumas garantias de empréstimos em vigor, classificados como "FINEM" e "DULC". O caixa restrito foi mantido somente com aplicações em CDB, como garantia ao contrato comercial de compra e venda de energia elétrica no mercado livre.

Contas a receber de clientes

A diretoria explica que o incremento de R\$603,7 milhões ocorrido em 2019 em comparação ao exercício de 2018, considerando curto e longo prazo deve-se, sobretudo, aos valores provisionados decorrentes de mecanismos de proteção da receita reconhecidos em 2019.

Clientes a Receber	Em Milhões de Reais	
	2018	2019
Contas a receber de partes relacionadas	441,0	1.035,5
Clientes no país	31,3	40,5
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	(1,1)	(1,1)
	<u>471,2</u>	<u>1.074,9</u>
Circulante	247,2	899,7
Não circulante	224,0	175,2

Outras contas a receber

A diretoria destaca que o acréscimo de R\$25,5 milhões em outras contas a receber no curto e longo prazo refere-se, basicamente, a valores a receber de contratos de aluguel de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, enquadrados como subarrendamento, de acordo com CPC 06(R2)/IFRS 16.

Estoques

Segundo a diretoria, o aumento de 11,1% nos estoques comparado com o mesmo período de 2018, se justifica pela redução de serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente, decorrentes da retração do volume transportado.

Tributos a recuperar

A conta de tributos a recuperar no ativo circulante e no não circulante é formada pelos créditos de ICMS, PIS e COFINS, pelo imposto de renda sobre aplicações financeiras retido na fonte e outros. A diretoria esclarece

que o aumento de R\$34,5 milhões em 2019 em comparação ao ano anterior, considerando os créditos de curto e longo prazo, ocorreu, basicamente, devido a decisão favorável de processos judiciais onde se discutia: (i) a inconstitucionalidade da inclusão do valor do PIS/COFINS e do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS-Importação (MG/RJ/SP); (ii) dedutibilidade integral das despesas com PAT no IRPJ; (iii) inconstitucionalidade do INSS sobre serviços de cooperativas de trabalho; e (iv) reversão de parte da provisão de perda de créditos de ICMS devido ao aproveitamento de crédito no exercício de 2019.

Despesas Antecipadas

A redução no valor de R\$157,0 milhões considerando curto e longo prazo nas despesas antecipadas, refere-se a reclassificação de Despesa Antecipada de Arrendamento para ativo de Direito de Uso, justificada pela adoção em 2019 do CPC 06(R2)/IFRS 16.

Instrumentos financeiros derivativos

O aumento dos valores de instrumentos financeiros derivativos – Swap – considerando o ativo circulante e o não circulante, no valor de R\$13,3 milhões quando comparado com 2018, foi ocasionada, conforme declara a diretoria, pela variação do dólar/euro que estão atrelados a ponta ativa do swap.

Outros ativos circulantes e não circulantes

A diretoria destaca que o aumento de 11,4% em outros ativos circulantes e não circulantes, quando comparado com 2018, deve-se basicamente a depósitos em garantia em processos fiscais.

Direito de uso em arrendamento

A diretoria informa que o valor de R\$1.852,6 milhões refere-se ao direito de uso de utilizar ativos subjacentes, conforme prerrogativas do CPC 06 (R2)/IFRS 16 adotadas em 1º de janeiro de 2019, correspondente aos contratos de arrendamento classificados anteriormente como arrendamento operacional, principalmente, ao contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado à Concessão e aos arrendamentos financeiros enquadrados no CPC 06 (R1)/IAS 17.

PASSIVO

Fornecedores

Os diretores informam que a queda de R\$70,4 milhões na conta fornecedores, no passivo circulante e no passivo não circulante, é reflexo da redução de volume transportado devido ao rompimento da barragem em Brumadinho (MG) e suas consequências, que ocasionou redução nas compras de materiais e serviços para manutenção de ativos.

Fornecedores

Em Milhões de Reais

	2018	2019
Valores a pagar a partes relacionadas	64,2	49,8
Em moeda nacional	215,5	184,3
Em moeda estrangeira	25,1	0,2
	<u>304,8</u>	<u>234,3</u>
Circulante	269,9	197,3
Não circulante	34,9	37,0

Imposto de renda e contribuição social

A diretoria apresenta os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social que refletem um aumento em razão de ter realizado um montante menor de antecipações de IR/CSL durante o exercício.

Em Milhões de Reais

	2018	2019	Var %
Imposto de renda	102,6	170,7	66,4%
Contribuição social	9,8	38,3	292,5%
	<u>112,3</u>	<u>209,0</u>	<u>86,1%</u>

Outras obrigações fiscais

O acréscimo nas obrigações fiscais, segundo a diretoria, é consequência do reconhecimento de um maior volume de receita referente aos mecanismos de proteção no exercício de 2019, conforme informado em itens anteriores.

Em Milhões de Reais

	2018	2019	Var %
ICMS	6,0	13,1	119,7%
COFINS	12,0	68,6	471,8%
PIS	2,0	13,9	589,5%
Outros	4,5	10,8	141,4%
	<u>24,4</u>	<u>106,4</u>	<u>336,1%</u>

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, nos períodos abaixo indicados, estavam compostos da seguinte forma:

		Em Milhões de Reais		
		2018	2019	Var %
<u>Moeda Nacional</u>				
BNDÉS:		784,5	669,9	-14,6%
	FINEM	566,7	551,4	-2,7%
	DULC	160,1	101,3	-36,7%
	FINAME	57,8	17,2	-70,2%
		<u>784,5</u>	<u>669,9</u>	-14,6%
Custos da Transação		<u>(2,5)</u>	<u>(2,0)</u>	-20,0%
		<u>782,0</u>	<u>667,9</u>	-14,6%
<u>Moeda Estrangeira</u>				
Banco MUFG		583,0	607,0	4,1%
Ajuste de hedge de valor justo - Banco MUFG		3,9	10,1	162,3%
Ex-Im		8,4	0,0	-100,0%
		<u>595,2</u>	<u>617,1</u>	3,7%
Custos da Transação		<u>(0,0)</u>	<u>(0,0)</u>	7,4%
		<u>595,2</u>	<u>617,1</u>	3,7%
<u>Debêntures</u>				
6ª Emissão		9,4	0,0	-100,0%
7ª Emissão		718,1	744,4	3,7%
8ª Emissão		396,6	397,6	0,3%
9ª Emissão		0,0	661,9	
		<u>1.124,1</u>	<u>1.803,9</u>	60,5%
Custos da Transação		<u>(24,2)</u>	<u>(23,4)</u>	-3,0%
		<u>1.099,9</u>	<u>1.780,5</u>	61,9%
Total de Empréstimos e Financiamentos +				
Custo da Transação		<u>2.477,2</u>	<u>3.065,4</u>	23,7%
Circulante		419,5	714,5	70,3%
Não Circulante		2.057,6	2.351,0	14,3%

A diretoria esclarece que o aumento no saldo de empréstimos e financiamentos no valor de R\$588,4 milhões ocorrido em 2019 se comparado com o exercício social de 2018, no passivo circulante e não circulante, é explicado pelo maior volume de captações no primeiro semestre de 2019. Dentre as principais captações estão a 9ª emissão de debêntures e financiamentos junto aos bancos MUFG e BNDES.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução dos valores de instrumentos financeiros derivativos - Swap - do passivo circulante e não circulante, em 49,6% quando comparado com 2018, foi ocasionada, conforme declara a diretoria, pela liquidação de operações, bem como a abertura de novas, além da variação das provisões de ganho das operações existentes.

Concessão e arrendamento a pagar

A diretoria informa que a variação de 95,1% ocorrida em 2019, se comparada com o mesmo período de 2018, no passivo circulante e não circulante, deve-se à adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16. O saldo em aberto de arrendamento a pagar referente ao contrato com o Poder Concedente, classificado em 2018 como

arrendamento operacional, foi remensurado e reclassificado para a rubrica arrendamento mercantil em 2019.

Em Milhões de Reais

Concessão e arrendamento a pagar			
		2019	2018
Concessão a pagar		6.474	6.677
Arrendamento a pagar	(a)	-	126.867
		6.474	133.544
Circulante		3.812	74.120
Não circulante		2.662	59.424

Adiantamento de clientes

A diretoria informa que a variação de R\$2,1 milhões ocorrida em 2019, se comparada com o mesmo período de 2018, no passivo circulante e não circulante, foi decorrente, basicamente, do distrato com o cliente Libra Terminal Valongo S.A., em outubro de 2019.

Tributos diferidos

A redução de R\$34,3 milhões no passivo diferido, conforme explica e demonstra a diretoria, deve-se, principalmente, à desconstituição dos ajustes decorrentes do RTT - Regime Tributário de Transição, que está sendo amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O incremento de R\$103,2 milhões no ativo diferido é reflexo do aumento das provisões trabalhistas, explicado no item “Provisões”.

Em Milhões de Reais

	2018	2019	Var
Ativos diferidos	173,1	276,3	103,2
Passivos diferidos	(374,2)	(339,9)	34,3
Saldos tributos diferidos	(201,1)	(63,6)	137,5

Provisões

A diretoria destaca que o aumento de R\$173,7 milhões no saldo de provisões em 2019 comparando-se ao exercício social de 2018, considerando passivo circulante e não circulante, ocorreu pelo incremento nas provisões previdenciárias e trabalhistas, devido, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas com prognóstico de perda provável.

Arrendamento mercantil

A diretoria destaca que o acréscimo de R\$1.877,0 milhões considerando passivo circulante e não circulante é consequência da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção, a Companhia reconheceu passivos de arrendamentos para os contratos vigentes e que anteriormente estavam enquadrados como arrendamento operacional, com exceção dos

contratos de curto prazo e de baixo valor. O passivo reconhecido corresponde aos compromissos futuros dos contratos de arrendamento, mensurados a valor presente pelas taxas de desconto, na data da sua adoção.

Outras obrigações

A diretoria destaca que a redução de R\$15,6 milhões em outras obrigações, considerando passivo circulante e não circulante, é consequência, principalmente, do pagamento em 2019 do valor da parcela de R\$12,8 milhões por conta do aditivo contratual entre a MRS e a CSN Mineração S.A., celebrado em 1º de novembro de 2018, através do qual as partes visavam a revisão dos volumes (“Tonelagens Básicas Anuais” – “TBA’S”), de minério de ferro previstos no contrato. Por conta desta revisão, que reduziu a previsão anual a ser transportada, a CSN Mineração S.A. assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para atendimento ao CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a Companhia reconheceu em contrapartida ao contas a receber de indenização uma obrigação contratual no valor de R\$ 89,8 milhões em 2018.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A diretoria esclarece que o aumento de 11,6% no capital social em 2019, quando comparado a 2018, deve-se à capitalização do valor de R\$198,9 milhões da reserva de investimentos constituída em anos anteriores, conforme proposta aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de março de 2019.

Reservas de lucro

A diretoria informa que o incremento de R\$130,0 milhões nas reservas de lucro do ano de 2019 quando comparadas a 2018, é decorrente: (i) da destinação do lucro do exercício de 2019 no valor de R\$25,2 milhões para constituição da reserva legal, conforme previsto na legislação societária e a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 29 de abril de 2020; (ii) da destinação do lucro do exercício de 2019 no valor de R\$358,7 milhões para constituição de reserva para investimentos necessários ao cumprimento do orçamento de capital da Companhia, conforme a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO) que será realizada em 29 de abril de 2020; (iii) da aprovação em Reunião em Conselho de Administração do dia 25 de março de 2020 do aumento do capital social no valor de R\$130,0 milhões utilizando parte da reserva de investimentos constituída em anos anteriores e; (iv) aprovação de dividendos adicionais na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 25 de novembro de 2019, no valor de R\$123,9 milhões.

Em milhões de Reais

Constituição de novas reservas	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	25,2
Reserva para investimentos (75% do lucro líquido após reserva legal)	358,7
Destinação de reserva para aumento de capital	(130,0)
Aprovação dividendos adicionais	(123,9)
 Variação de reservas de lucro:	 130,0
Saldo - Reservas de lucro em 2019	2.047,3
Saldo - Reservas de lucro em 2018	1.917,3
Variação %	6,8%

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ativo circulante ÷ passivo circulante)

O índice de liquidez corrente em 2019 atingiu 1,01, refletindo a gestão sustentável dos recursos da Companhia. O aumento desse índice em comparação ao exercício anterior foi decorrente das captações ocorridas no primeiro semestre de 2019 e do reconhecimento do contas a receber referente aos mecanismos de proteção de receita com um dos maiores clientes da Companhia.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores informam que a receita da Companhia advém, prioritariamente, em todos os exercícios sociais apresentados, da prestação do serviço de transporte ferroviário de carga que é composto basicamente por: (i) frete; (ii) partilha de frete; e (iii) receitas acessórias vinculadas ao frete tais como manobra, descarga, transbordo, entre outras.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Segundo os diretores, o resultado da Companhia foi impactado por alguns eventos não recorrentes ocorridos nos 3 últimos exercícios sociais, os quais são descritos a seguir:

Receita Líquida:

Em 2019, a receita líquida da Companhia teve uma redução de 14,1%. Essa queda é explicada pelo menor volume transportado, basicamente de minério de ferro, principal receita da Companhia, em comparação ao exercício de 2018, reflexo do rompimento da barragem pertencente a Vale S.A na Mina Feijão, em Brumadinho, Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, o que acarretou um menor volume de toneladas

transportadas durante tal exercício.

Provisão com Poder Concedente:

Em 2018 houve aumento de R\$ 11,0 milhões na provisão constituída em 2017, referente a processos em curso junto ao Poder Concedente, devido à revisão do diagnóstico de saneamento e atualização dos valores envolvidos.

9ª Emissão de Debêntures:

Em 15 de abril de 2019, a Companhia realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 65 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 1ª e 2ª, totalizando uma captação no montante de R\$650.000 mil, sendo R\$367.150 alocados na 1ª série e R\$282.850 na 2ª série.

A 1ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de IPCA+4,095% a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no último ano.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 106,4% do CDI a.a., definidos após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º anos.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa emissão foram utilizados para projetos de investimentos, reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

Provisões Jurídicas:

Em 2020, após análises realizadas pela área Jurídica, a administração da Companhia decidiu atualizar o critério de provisionamento das contingências trabalhistas e cíveis, visando maior governança e melhor aderência ao que vem sendo decidido, recentemente, nos tribunais. Esta atualização de estimativa resultou, nas demonstrações contábeis em 2020, em um aumento de R\$50,9 milhões nas provisões, sendo R\$23,4 milhões nas provisões trabalhistas e R\$27,5 nas provisões cíveis. O aumento total na conta de provisões foi de R\$70,7 milhões.

Em 2019 tivemos um acréscimo de R\$176,8 milhões nas provisões jurídicas em relação ao exercício de 2018. Esse valor está diretamente relacionado ao aumento de provisões previdenciárias e trabalhistas, no valor de R\$163,9 milhões que se deve, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas provisionadas.

No ano de 2018 houve um aumento no saldo de provisões trabalhistas, cíveis e tributárias no valor total de R\$23,0 milhões em relação ao ano de 2017. Este valor está atualizado pelos índices dos tribunais e líquido dos pagamentos e reversões do ano. As principais adições estão concentradas nos processos previdenciários e trabalhistas. As adições se referem, em sua maioria, a incrementos por mudança de prognóstico e ajustes de adequação das provisões às decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o ano.

Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa:

A Companhia adotou o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Essa nova

norma trouxe o modelo de perda esperada para *impairment* de ativos financeiros. Essa mudança afetou o resultado do ano de 2018, acarretando um aumento de R\$1,1 milhão nas provisões para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa.

Os anos de 2019 e 2020 não apresentaram mudanças significativas nas provisões das perdas esperadas.

Exercício de Cláusula de Garantia de Receitas e Volumes Anuais:

A variação positiva ocorrida no saldo da receita líquida de 2020, no valor de R\$404,2 milhões, deve-se à recuperação de parte dos volumes transportados, que haviam sofrido uma queda em 2019, após o rompimento da barragem de Brumadinho.

Também ocorreu, em fevereiro de 2020, o recebimento do valor de R\$632,3 milhões referente ao contas a receber do mecanismo de proteção de receita registrado no ano de 2019, conforme 3º Termo Aditivo assinado em conformidade com as disposições da Comissão de Valores Mobiliários.

Adicionalmente, em dezembro de 2020, foi firmado o quarto termo aditivo ao contrato de prestação de serviço de transporte ferroviário entre MRS e VALE, através do qual a VALE assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização no valor de R\$353,6 milhões por conta da revisão dos volumes mínimos transportados previstos no contrato original. O valor será pago em 3 parcelas, sendo R\$239,1 milhões em 2021, R\$44,4 milhões em 2022 e R\$106,1 milhões em 2023. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$366,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, sendo R\$336,0 milhões no ativo circulante e R\$141,0 milhões no ativo não circulante. O valor de R\$239,1 milhões foi recebido em 25 de janeiro de 2021.

No ano de 2019 houve uma queda na receita líquida de serviços no valor de R\$525,7, que se deve à redução no volume de transporte de minério causado pelo rompimento de barragem de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Em contrapartida, após assinatura do 3º termo aditivo contratual, houve o reconhecimento da receita referente ao mecanismo de proteção (*take or pay*) no valor de R\$632,3 milhões, de um dos principais clientes da Companhia, sendo também sua parte relacionada. Em 2020, conforme mencionado acima, o referido valor foi recebido integralmente.

Ainda em 2019 foram reconhecidas receita referente a mecanismo de proteção, no valor de R\$21,6 milhões, em contratos com outras partes relacionadas.

Foram provisionados em 2018 R\$17,0 milhões decorrentes dos mecanismos de proteção da receita garantidos em contratos com partes relacionadas.

As receitas decorrentes dos mecanismos de proteção de receita são registradas contabilmente em “Outras receitas operacionais”.

Recuperação de Custo da Concessão e Arrendamento:

No primeiro trimestre de 2020, foram apresentados e juntados aos autos os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial da Justiça Federal e pela MRS, esta última indicou pontos de divergência em relação aos cálculos da Contadoria. Em 24 de março de 2020, foi proferido despacho rejeitando a pretensão da União e determinando o retorno dos autos ao setor de cálculos para esclarecimento das divergências apontadas pela MRS. Após a devolução do cálculo pela contadoria, a União apresentou alguns pontos de discordância e o processo retornou novamente para análise para posicionamento da contadoria. A contadoria elaborou novos cálculos apontando como devido, em novembro de 2018, o valor de R\$49.132. Em 5 de agosto de 2020, a União apresentou petição instruída com parecer da área técnica da AGU anuindo com o valor calculado pela contadoria. Em virtude disso, a MRS apresentou manifestação requerendo a compensação do valor

incontroverso acima referenciado com a parcela do contrato de arrendamento a vencer em 15 de outubro de 2020, registrando, outrossim, a existência de saldo remanescente, pendente de compensação, oriundo da atualização do total devido desde a data dos cálculos, ou seja desde novembro de 2018. Na mesma oportunidade, a MRS apresentou planilha de cálculos demonstrando que o valor total, atualizado até 9 de setembro de 2020, a ser compensado seria de R\$54.307. Em 21 de setembro de 2020, foi proferida decisão homologando o valor incontroverso de R\$49.132 e abrindo prazo à União para se manifestar quanto ao valor remanescente apontado pela MRS, resultante da correção monetária do saldo incontroverso até setembro/2020. Em 9 de outubro de 2020, a Procuradoria da ANTT autorizou a compensação do valor incontroverso na próxima parcela do contrato de arrendamento. Em 15 de outubro de 2020, o valor foi efetivamente compensado na referida parcela do arrendamento. Após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT, em 15 de janeiro de 2021, o saldo remanescente de R\$6.188 em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente compensado na 95ª parcela do arrendamento e concessão.

Em 15 de janeiro de 2021, após autorização de compensação por parte da Procuradoria da ANTT, o saldo remanescente de R\$6.188 em 31 de dezembro de 2020 foi integralmente compensado na 95ª parcela do arrendamento e concessão.

Em 2019, houve nova interposição de recursos e pedido de vistas que onde a discussão permeava sobre o índice de correção monetária. O trâmite do processo se seguiu até 31 de outubro de 2019, quando foram juntadas petições pela União, tanto em 1ª como em 2ª instâncias, informando a desistência do recurso interposto, tendo em vista o entendimento do STF acerca do não cabimento da modulação dos efeitos da decisão em sede do Recurso Extraordinário nº 870.947/SE. Em novembro 2019 os autos foram remetidos ao contador judicial.

Nesse novo contexto, a Companhia entende que deverá ser mantido o critério de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública pela Tabela da Justiça Federal (UFIR e IPCA_E) e a divergência nesse particular, nos autos da ação em referência, entre a União e a MRS, deverá restar superada, prevalecendo os parâmetros adotados pela MRS.

Em 6 de dezembro de 2018, o julgamento dos recursos foi interrompido por pedido de vista.

Em 2017, houve nova interposição de recurso pela União, onde foi concedido efeito suspensivo para perícia até o julgamento final do mencionado recurso pelo TRF/2. Um dos principais pontos de divergência desse processo é o índice de correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública.

Com relação ao processo de recuperação de custo da concessão e arrendamento que se encontra em fase de liquidação da condenação da União, em janeiro de 2016, a União foi intimada da decisão que negou provimento ao seu recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou a realização da perícia. A União interpôs recurso, que determinou a realização da perícia para apuração da existência de valor remanescente a ser compensado pela Companhia. Segundo os diretores, este recurso não resultou em nenhum efeito no resultado operacional da Companhia.

Provisão / Reversão de Provisão para perda de ativos:

No exercício social de 2020, foi feita a reversão integral da provisão para perda de créditos de ICMS no valor de R\$ 17,1 milhões, constituída em anos anteriores. A reversão se deu após verificação da capacidade de utilização dos referidos créditos pela Companhia dentro do prazo previsto pela legislação.

No exercício de 2019 houve baixa de provisão de R\$1,2 milhão por realização do corte de vagões e

constituição de nova provisão para os cortes a serem realizados em 2020, no montante de R\$11,6 milhões. Foi revertida parte da provisão para perda de crédito de ICMS, no valor de R\$9,0 milhões para adequação ao consumo (aproveitamento) dos mesmos, realizado nesse ano.

Em 2018 foi feita reversão de provisão para perdas de estoques, no valor de R\$ 6,6 milhões e uma nova provisão no valor de R\$ 6,5 milhões, o que não afetou o resultado da Companhia. Também foi feita reversão de provisão para perda de ICMS no valor de R\$ 5,0 milhões, transferindo todo o saldo remanescente de R\$ 26,0 milhões no ativo circulante.

O Ativo Imobilizado apresentou uma reversão de provisão no ano de 2018 no valor de R\$3,7 milhões devido à realização do corte de vagões.

Indenização por suspensão/ alteração no contrato de transporte:

(a) Em 1º de novembro de 2018, foi celebrado o sexto aditivo contratual entre a MRS e a CSN Mineração S.A., através do qual as partes visam a revisão dos volumes (“Tonelagens Básicas Anuais” – “TBA’S”), de minério de ferro previstos no contrato. Por conta desta revisão, que reduziu a previsão anual a ser transportada, a CSN Mineração S.A. assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados, a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor será pago em 8 parcelas anuais de R\$23,5 milhões, faturados em dezembro e vencíveis em janeiro de cada ano. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$113,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 sendo, R\$23,5 milhões no circulante e R\$89,8 milhões no não circulante. Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$23,5 milhões referente à primeira parcela do aditivo. A Companhia recebeu a 2ª parcela do aditivo contratual, em janeiro de 2020, no valor de R\$23,547 milhões. Em fevereiro de 2021 foi recebida a 3ª parcela do referido aditivo, no valor de R\$23,547 milhões..

Indenização/ressarcimento de custos:

Em 21 de dezembro de 2018 foi assinado termo de acordo e quitação de pendência nº 002/2018 entre MRS e Rumo Malha Norte/Paulista/Oeste e Sul a título de indenização e outros ressarcimentos de custos, no valor de R\$11,5 milhões.

Imobilizado em curso:

Em 2020, a Companhia registrou uma baixa no valor de R\$16,4 milhões. Essa reversão na conta do imobilizado em andamento refere-se basicamente a projetos de investimento de obras de expansão que, devido a uma decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

No ano de 2019, registramos a baixa no valor de R\$14,0 milhões, referente a projetos de investimentos em obras de pontes e viadutos que devido à decisão estratégica da Companhia não serão realizados. Os valores estavam registrados contabilmente como obras em andamento, no ativo imobilizado.

No exercício de 2018 foi revertido a custo o valor de R\$ 4,4 milhões referente a projetos de investimento de obras de expansão, duplicação de pátios e modernização de sinalização, que não serão realizados por decisão estratégica da Companhia.

CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Arrendamentos:

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

A adoção da norma trouxe alterações na contabilização dos contratos de arrendamento operacional, exigindo o reconhecimento dos compromissos futuros em contrapartida aos ativos referentes a seu direito de uso. Os gastos com aluguéis e custo do arrendamento com o Poder Concedente vinculado ao contrato de concessão, que até dezembro de 2018 eram registrados em despesa ou custo com aluguéis/arrendamento, passaram a ser reconhecidos no resultado nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

Houve modificação também no reconhecimento da receita de aluguel referente aos contratos de locação de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, que foram classificados como subarrendamento. Em de 1º de janeiro de 2019, foi reconhecido um contas a receber referente as parcelas devidas, deixando-se de contabilizar a receita de aluguel no resultado e passando a registrar receita financeira de juros sobre o contas a receber.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores informam que no exercício social encerrado em 2018, não houve variação extraordinária na receita bruta.

Já em 2019, a receita da Companhia foi impactada negativamente pelos desdobramentos do rompimento da barragem em Brumadinho (MG).

Em 2020, a Companhia não foi impactada por variações extraordinárias em suas receitas de serviço de transporte.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Os diretores confirmam que, nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Companhia não sofreu impactos extraordinários causados pelos itens mencionados acima.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os diretores informam que nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2018, 2019 e 2020 não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Desde sua constituição, em 30 de agosto de 1996, a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Informamos que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pois as interpretações e alterações que passaram a vigorar em 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Feita essa ressalva quanto a 2020, cabe esclarecer que as mudanças significativas introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos diversos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram adotados para todos os períodos apresentados, de acordo com a data de adoção estabelecida por cada pronunciamento.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras preparadas de acordo com todas as normas emitidas pelo CPC, sendo que os ajustes retroagiram ao saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's.

Com relação aos exercícios sociais de 2018 e 2019, a Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2018 o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 47 /IFRS 15 - Receita de contrato com clientes.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto mais a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

O CPC 48/ IFRS 9 substitui o IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9/CPC 48 trouxe foram: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários a partir de 1º de janeiro de 2019. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo ou itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 e ainda vigentes após essa data.

A Companhia aplicou isenção de reconhecimento para os arrendamentos de curto prazo e para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado.

A Companhia detém compromissos significativos decorrentes de contratos de arrendamento classificados anteriormente como operacional, principalmente, o contrato de arrendamento junto ao Poder Concedente vinculado à Concessão. Os contratos vigentes foram analisados com base nos requisitos da norma para identificação se o contrato é ou contém arrendamento, seu reconhecimento inicial e mensuração.

Os arrendamentos classificados como arrendamento financeiro utilizando-se das prerrogativas do CPC 06/IAS17, tiveram o valor contábil do ativo e passivo de arrendamento imediatamente antes da aplicação inicial reclassificados para as rubricas “Direito de uso” e “Arrendamento mercantil”.

A Companhia possui recebíveis com terceiros referentes a contratos de aluguel de áreas e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente e arrendados à MRS através de contrato de arrendamento. Esses contratos foram enquadrados como subarrendamento e reconhecidos como contas a receber utilizando-se a mesma taxa de desconto considerada para o contrato do arrendamento principal.

Na adoção inicial, o passivo de arrendamento foi mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado pela taxa incremental e ajustado pelo saldo já reconhecido no balanço imediatamente antes da data da adoção inicial. O ativo de direito de uso, para os arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional, foi reconhecido pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor dos pagamentos antecipados e do investimento líquido referente aos subarrendamentos.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme mencionado no item a, em 2020 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia e, desta forma, não temos efeitos a serem reportados.

Em 2020, conforme informado pelos diretores, as demonstrações contábeis anuais seguiram com a aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa introdução se iniciou no exercício de 2019.

A diretoria comenta que as demonstrações contábeis anuais de 2019 foram as primeiras a serem apresentadas após a aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. A norma contábil trouxe um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial de arrendatários. Como arrendatário, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso que correspondem seu direito de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam a obrigação de efetuar os pagamentos de arrendamento. No resultado, a Companhia deixa de registrar despesas de arrendamento pelas parcelas pagas/incorridas e passa a reconhecer despesa de depreciação do ativo de direito de uso e encargos financeiros de juros sobre os passivos de arrendamento. Como arrendador dos contratos com terceiros de aluguel de área e imóveis comerciais pertencentes ao Poder Concedente, enquadrados como subarrendamento, a Companhia reconheceu um contas a receber e em contrapartida deixa de contabilizar receita de aluguel no resultado e passa a registrar receita financeira de juros sobre o contas a receber.

Com exceção do descrito acima, as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as políticas

contábeis de dezembro de 2018.

Os diretores informam que as demonstrações contábeis de 2018 foram as primeiras apresentadas após a aplicação do CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com clientes e CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A Administração analisou sua operação com base no modelo de cinco etapas definido pelo CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com clientes e não identificou impactos significativos em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente: (i) valor justo para os instrumentos financeiros e (ii) aumento nas perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

c. ressalvas e ênfases presentes no Relatório do Auditor Independente

2020: As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 24 de março de 2021, sem ressalvas e sem ênfases.

2019: As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 25 de março de 2020, sem ressalvas e sem ênfases.

2018: As demonstrações contábeis da MRS Logística S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes que, sobre elas, emitiram parecer datado de 20 de março de 2019, sem ressalvas e sem ênfases.

A diretoria entende que não existem aspectos relevantes que mereçam comentários adicionais.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores destacam que a preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam o reconhecimento dos valores registrados a título de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas continuamente pela Companhia, os diretores informam que os resultados reais podem ser distintos dos estimados podendo, eventualmente, requerer ajustes significativos aos valores contábeis dos ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os

resultados da Companhia; e (b) requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração.

Segundo os diretores, a Administração da Companhia, em consonância com seu estatuto social e objetivando refletir adequadamente sua situação patrimonial, econômica e financeira, adota determinadas premissas baseando-se nos julgamentos e opiniões de consultores externos e internos, contratados para emitir pareceres jurídicos, laudos atuariais, laudos de vida útil de ativos e realizar revisões tributárias a fim de mitigar possíveis riscos. Além disso, os diretores destacam que a Companhia consulta mercados ativos para avaliação de seus instrumentos financeiros a fim de acompanhar mudanças nas circunstâncias econômicas que possam gerar impactos no seu balanço patrimonial.

De modo a proporcionar um entendimento a respeito do método pelo qual a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, os diretores da Companhia comentam cada prática contábil crítica a seguir:

a) Reconhecimento da receita

Os diretores reportam que a Companhia reconhece a receita com prestação de serviços de transporte de carga quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável com base no valor justo da contraprestação recebida.

Os diretores informam que as receitas financeiras abrangem as receitas de juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos financeiros e ganhos líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

b) Tributos correntes

A Companhia, segundo os diretores, apura os tributos correntes pertinentes à sua atividade operacional considerando as determinações previstas em lei. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

c) Tributos diferidos

A Companhia, de acordo com os diretores, possui apenas os impostos diferidos ativos e passivos aplicáveis ao lucro tributável, usando as alíquotas fiscais nos anos em que as diferenças temporárias deverão ser realizadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias

possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

d) Provisões

Os diretores comunicam que a Companhia reconhece uma provisão quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

- **Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais**

A Companhia reconhece provisão de todas as contingências que se enquadram nos subitens (i), (ii) e (iii) mencionados acima, referentes aos processos judiciais cujo prognóstico de perda foi considerado provável pelos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Essas provisões são revisadas periodicamente e caso seja identificado alguma alteração processual modificativa que cause alteração significativa, as mesmas são ajustadas.

- **Provisões Atuariais – Benefícios pós-emprego**

A Companhia concede benefícios pós-emprego a funcionários. Os custos do plano de benefícios pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial, os quais envolvem o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperados, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base e podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

e) Instrumentos financeiros - derivativos

Os diretores esclarecem que os derivativos são mensurados pelo valor justo no momento inicial e nas mensurações subsequentes. Após o reconhecimento inicial suas variações são registradas no resultado.

Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e

como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A partir de 1º de abril de 2016, a Companhia optou por aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) para alguns dos seus contratos de *swap* que protege uma dívida em dólar com juros fixos, de acordo com estratégia de Gestão de Riscos e de contratação de *Hedges*.

A Companhia avalia e documenta se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge* mensalmente.

A partir da designação do *swap* para *hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

f) Moeda estrangeira

A Companhia realiza, de acordo com seus diretores, transações em moeda estrangeira que são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço.

g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a diretoria informa que passou a reconhecer as provisões para perda esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A avaliação das perdas de crédito esperadas é feita para todos os recebíveis comerciais, conforme metodologia estabelecida, mesmo que não haja evidências objetivas de não recebimento.

A Companhia utiliza-se da abordagem simplificada para os recebíveis comerciais, expediente prático da matriz de provisão, para mensurar as perdas de crédito esperadas.

Caso em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminua e a redução possa ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os diretores destacam que a Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e caso o valor contábil líquido exceda o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização do ativo.

i) Revisão da vida útil de ativos

Os diretores informam que a vida útil econômica estimada para reconhecimento da depreciação é revisada anualmente e, segundo os diretores, está baseada em laudos técnicos e indicadores elaborados e acompanhados pelos engenheiros da Companhia e por consultores externos.

Conforme laudo técnico emitido por consultoria especializada e protocolado junto à ANTT, que publicou no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2019, autorizando a praticar as taxas revisadas, a partir de janeiro de 2020 a vida útil de alguns ativos e componentes foi alterada e os efeitos contábeis dessa mudança estão sendo refletidos de forma prospectiva nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os diretores informam que não há itens relevantes, sejam ativos ou passivos, detidos pela Companhia, que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores informam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os diretores confirmam que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

De acordo com os diretores, o Plano de Negócios da Companhia é atualizado anualmente e neste momento são avaliados os cenários macroeconômicos e políticos que afetam o negócio da Companhia e são definidas

as principais premissas que nortearão a definição das estratégias para as projeções de demanda, custos, resultados e investimentos.

Este Plano de Negócios contém: (i) uma projeção de longo prazo para um período de cinco anos; e (ii) um plano plurianual de investimentos, sendo o primeiro ano detalhado no orçamento anual.

Os diretores informam, ainda, que os principais indicadores da Companhia são monitorados na gestão estratégica dos administradores, bem como desdobrados em metas individuais para os gestores da Companhia.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Segundo a diretoria, a MRS investiu no último exercício R\$785,0 milhões, e dentre as iniciativas realizadas ao longo de 2020, destaca-se a manutenção da estratégia utilizada nos últimos anos, por meio da qual são realizados investimentos ligados à manutenção do negócio, expansão da capacidade de transporte de carga geral, investimentos necessários para sustentabilidade e eficiência da Companhia. Na tabela a seguir estão demonstrados os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais:

Investimentos (valores em R\$ MM)	2018	2019	2020
Material rodante ¹	353,9	301,6	253,5
Via permanente ²	386,7	391,9	433,0
Sistemas de eletroeletrônica	29,2	16,1	15,8
Programas SMS	15,2	6,4	16,1
Diversos	34,0	31,5	66,7
Total	819,1	747,5	785,0

¹ Aquisição e modernização de material rodante

² Investimentos em expansão, confiabilidade de infraestrutura e modernização

Destacamos os seguintes investimentos realizados em 2020:

- ✓ **Material rodante:** foram realizados estudos e aprofundamentos nos modelos de ativos disponíveis no mercado, tendo sido iniciada a compra (com entrega prevista para 2021) de vagões GDT, PCTs e outros modelos de vagões para protótipos. Além disso, destaca-se a aquisição de 5 locomotivas da Progress Rail para atendimento ao volume projetado e início de análises de desempenho destes modelos na Companhia. Além destas frentes, foram iniciadas adequações em vagões HAT para aumento do volume por vagão (171 vagões adaptados).
- ✓ **Expansões da via permanente e pátios:** a MRS manteve a estratégia de priorizar os investimentos voltados para os fluxos de transporte de Carga Geral, destacando-se: (i) a conclusão da sinalização definitiva do TIPLAM; (ii) o início da sinalização da Margem Esquerda de Santos; (iii) recapacitação da via permanente tanto na Baixada quando no trecho Itirapina-Pederneiras; e (iv) andamento das iniciativas para atendimento de novas cargas de carga geral, com destaque para início das obras de

um novo terminal de cargas em Pederneiras.

- ✓ **Modernização de Ativos:** a modernização das locomotivas, dos vagões e da malha ferroviária proporciona aumento nos níveis de confiabilidade e, consequentemente, de disponibilidade, permitindo assim maior eficiência e otimização das operações ferroviárias.
- ✓ **Confiabilidade de infraestrutura:** são projetos de investimentos que visam minimizar os riscos associados à confiabilidade da via permanente, pois atuam de forma preventiva em locais previamente identificados. Foram realizadas, em 2020, 23 obras de contenções, 11 intervenções/substituições de pontes e a recuperação de 1 túnel, assim como criação de novos dispositivos de drenagem. Em 2019, foram executadas, 29 obras de contenção, obras em 3 túneis e 11 intervenções em pontes, além da criação de novos dispositivos de drenagem. E, em 2018, 36 obras de contenção, obras em 2 túneis e 12 intervenções em pontes, mais novos dispositivos de drenagem e construções de guarda corpos.
- ✓ **Modernização de ativos:** foram realizadas intervenções em locomotivas, vagões, e na malha ferroviária, visando aumentar os níveis de confiabilidade e disponibilidade dos ativos, permitindo melhorar a eficiência e otimização das operações ferroviárias.
- ✓ **Projetos tecnológicos:** destaque para (i) o início da implantação do novo sistema ERP da CIA (SAP) e desenvolvimento de sistemas de TI com foco nos processos da operação da Companhia, (ii) o investimento em tecnologia para aperfeiçoamento da operação e manutenção na região de autosalvamento em Minas Gerais (próximos as barragens com risco de rompimento) e (iii) o início do desenvolvimento de controle remoto para manobra de locomotivas em pátios.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

De acordo com os diretores, a Companhia organiza suas fontes de recursos equilibrando as proporções de próprio e de terceiros. As principais fontes de financiamento dos investimentos utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras públicas e privadas, as operações no mercado de capitais, bem como a geração de caixa do exercício.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Segundo os diretores, nos últimos 3 exercícios sociais não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme indicado no item 10.8.a, no triênio 2018-2020 a MRS informa que foram adquiridos vagões e locomotivas que contribuem para a otimização da produção da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A diretoria informa que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, até a data de apresentação deste documento, não houve a introdução de novos

produtos ou serviços pela Companhia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO II

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

(as informações referidas abaixo referem-se aos candidatos indicados pelos acionistas controladores da Companhia. Até o momento, a Companhia não recebeu informações sobre candidatos indicados por acionistas minoritários)

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Alejandro Daniel Laiño
Data de Nascimento	27/12/1956
Profissão	Engenheiro Industrial
CPF	018.956.846-17
Órgão da Administração	Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de mandatos consecutivos	3
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê Estratégico
Experiência Profissional	<p>Graduado em Engenharia Industrial pela Universidade de Buenos Aires, possui MBA pela IAE Business School, em Buenos Aires, bem como MSc. em Management of Technology pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT, em Boston, USA. Atuou como Diretor Regional de Supply Chain e Diretor Corporativo de Supply Chain na Ternium S.A., empresa do setor siderúrgico, nos períodos de julho de 2005 a junho de 2011 e de julho de 2011 a janeiro de 2012, respectivamente. Ocupa o cargo de Diretor Corporativo de Supply Chain da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (controladora indireta da Companhia) desde fevereiro de 2012.</p> <p>Setor: Siderurgia</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detem participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. Alejandro Daniel Laiño declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta, tendo em vista que, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, qualquer cargo, emprego ou função pública relevante, bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou, ainda, pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	Carlos Hector Rezzonico
Data de Nascimento	21/08/1952
Profissão	Engenheiro Industrial
CPF	702.295.766-56
Órgão da Administração	Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de mandatos consecutivos	2
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	N/A
Experiência Profissional	<p>Engenharia Industrial na Universidad Nacional de Buenos Aires, com 42 anos de experiência na indústria Siderúrgica em áreas de processos, suprimentos, vendas, planejamento e negócios. Entre fevereiro de 2012 e março de 2016 atuou na Exiros Argentina S/A como Diretor Regional de Compras - Centro de Operações, Argentina. Responsabilidades: Supervisão do fornecimento de serviços das plantas Tenaris e Ternium na Argentina e Brasil, supervisão e atuação nos projetos Techint na América Latina; bem como a venda de subprodutos e o Planejamento de Demanda dos depósitos Tenaris. Entre março de 2016 a julho de 2018, atuou na Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais como Diretor Corporativo de Suprimentos - Centro de Operações: Brasil. Responsabilidade: Supervisão das compras das empresas do Grupo Usiminas (Siderurgia, Unigal, Mecânica, Soluções e Mineração), organizando estruturas, fornecedores e procedimentos para atingir os melhores níveis de serviço internacionais. Em julho de 2018 assumiu a posição de Diretor Presidente da Mineração Usiminas S/A.</p> <p>Setor: Siderurgia</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detem participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. Carlos Hector Rezzonico declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta, tendo em vista que, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, qualquer cargo, emprego ou função pública relevante, bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou, ainda, pessoas de seu relacionamento próximo.</p>

Crítérios de Independência	Não é conselheiro independente.
-----------------------------------	---------------------------------

Nome	Enéas Garcia Diniz
Data de Nascimento	06/01/1960
Profissão	Engenheiro Mecânico
CPF	657.575.057-53
Órgão da Administração	Membro do Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de Mandatos	N/A
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não aplicável
Experiência Profissional	<p>Integra o Conselho de Administração da MRS desde 2017. Formado em Engenharia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com especialização em Engenharia Mecânica, especialização em Gestão de Negócios pela Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro e MBA empresarial pela Fundação Dom Cabral de Belo Horizonte-MG. Ocupa o cargo de Diretor Superintendente da CSN Mineração S.A., desde outubro de 2020. Também é Diretor da Fundação CSN e da Minérios Nacional S.A. Ocupou o cargo de Diretor Geral de Operações da CSN Mineração de 21 de novembro de 2016 até outubro de 2020; foi Diretor Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional de 21 de junho de 2005 até 31 de julho de 2016, tendo atuado como responsável pelas áreas de produção em siderurgia e cimentos, de energia, de portos e de meio ambiente. Trabalhou na CSN desde 1985, tendo exercido anteriormente as seguintes funções: Gerente Geral de Laminação a Quente, Gerente Geral de Manutenção, Diretor de Metalurgia, Diretor da Usina Presidente Vargas e conselheiro da Nacional Minérios S.A.. Foi também conselheiro na Arvedi Metalfer do Brasil S.A., Cia. Metalic Nordeste, Companhia Metalúrgica Prada, Congonhas Minérios S.A. (atual CSN Mineração S.A.), Itá Energética S.A., Sepetiba Tecon S.A. e Lusosider - Aços Planos S.A. Foi também Diretor da Cia Metalic Nordeste, Companhia Florestal do Brasil, Companhia Metalúrgica Prada, CSN Energia S.A., Estanho de Rondônia S.A., Itá Energética S.A., Mineração Nacional S.A., Stahlwerk Thüringen GmbH.</p> <p>Setor: Mineração</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detem participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>

Declaração de Eventuais Condenações	O Sr. Enéas Garcia Diniz declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.
--	--

Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.
Nome	Luis Fernando Barbosa Martinez
Data de Nascimento	03/11/1963
Profissão	Engenheiro Metalúrgico
CPF	055.978.608-52
Órgão da Administração	Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de Mandatos	4
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê Estratégico e do Comitê de Sustentabilidade

Experiência Profissional	<p>Integra o Conselho de Administração da MRS desde 2015. É Diretor Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional desde 2011, sendo atualmente responsável pelas áreas comerciais e de logística dos segmentos de siderurgia, cimentos e vendas especiais. Trabalha na CSN desde 2002, tendo exercido anteriormente a função de Diretor Comercial. É membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração - ABM. É Diretor da Estanho de Rondônia S.A., Minérios Nacional S.A., CSN Energia S.A., Companhia Metalúrgica Prada e da CSN Cimentos S.A., Lusosider Aços Planos S.A., Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A., Lusosider Ibérica S.A., SWT, e membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (todas sociedades controladas pela CSN) e da Transnordestina Logística S.A. Também é membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional - CBS. Desde 23 de março de 2017 atua como membro da Diretoria da Câmara de Comércio e Indústria Brasil - Alemanha. Anteriormente, foi conselheiro da Nacional Minérios S.A., Companhia Florestal do Brasil, Companhia Metalúrgica Prada e da Sepetiba Tecon S.A. Antes de ingressar na CSN, foi Diretor Comercial da Alcan Alumínio do Brasil S.A., companhia onde atuou durante 14 anos em áreas de processos, qualidade, desenvolvimento de produtos/mercados e comercial. Ocupou cargos de Diretor Executivo do CBCA - Centro Brasileiro de Construção em Aço e ABCEM - Associação Brasileira de Construção Metálica e foi Presidente da Associação Brasileira de Embalagem de Aço - ABEAÇO. Recebeu "Prêmio Barão de Mauá - Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) como Destaque Profissional e de Mercado, em 2016". É graduado em Engenharia Metalúrgica pelo IMT - Instituto Mauá de Tecnologia, pós-graduado em Administração Industrial pela Escola de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo e formado no Corporate Management Development Program pela Alcan Aluminum Limited, Montreal, Canadá.</p> <p>Setor: Siderurgia</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detem participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
Critérios de Independência	<p>Não é conselheiro independente.</p>

Nome	Marcelo Cunha Ribeiro
Data de Nascimento	12/11/1977
Profissão	Engenheiro
CPF	829.510.041-68
Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de mandatos consecutivos	N/A
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê Estratégico
Experiência Profissional	<p>É bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela Harvard Business School.</p> <p>Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN desde 29 de setembro de 2017, sendo responsável pelas áreas de tesouraria, controladoria, tributária e de contabilidade, cumulando as funções de Diretor Executivo de Relações com Investidores desde 26 de março de 2018. Além disso, é membro do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A e da Transnordestina Logística S.A e, ainda, membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional - CBS. É diretor da Minérios Nacional S.A e da Equimac S.A.</p> <p>Antes de ingressar na CSN foi CFO do Grupo St. Marche, Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., CFO do Grupo SBF (GP Investments Ltd.), Managing Director na área de Private Equity da GP Investments Ltd. e CFO da San Antonio International Ltd. Também foi membro do Conselho de Administração do Hopi Hari S.A., Telemar Norte Leste S.A. (Oi S.A.), Contax Participações S.A., Estácio Participações S.A., Magnesita Refratários S.A. e BR Towers SPEI S.A.</p> <p>Setor: Siderurgia</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detem participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>

Declaração de Eventuais Condenações	O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta, tendo em vista que, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, qualquer cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou, ainda, pessoas de seu relacionamento próximo.
Crítérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	Marcelo Leite Barros
Data de Nascimento	18/05/1968
Profissão	Economista
CPF	015.314.747-48
Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de Mandatos	2
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	N/A
Experiência Profissional	<p>De janeiro/2014 a março/2018 foi sócio da sociedade POLITEC Ltda., representante da marca RICHWOOD no Brasil, empresa especializada em equipamentos e acessórios para transportadores de correia. De abril/1992 a julho/2012 teve posições de alta liderança na Vale S.A., com passagens pelo sistema Norte, Corredor Sudeste e Centro-Oeste. Foi Diretor de Operações da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), Diretor de Operações do Porto Norte em São Luís, Diretor Global de Operações Logísticas e desde Abril/2019 retornou para a Vale S.A. para ser Diretor de Operações do Corredor Sul. É formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com MBA em Finanças pelo IBMEC/RJ e pós-graduação em Gestão Contábil-Financeira pela FGV/RJ, possui cursos de Liderança pelo MIT Sloan School of Management e pelo IMD Business School.</p> <p>Setor: Mineração</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>

Declaração de Eventuais Condenações	O Sr. Marcelo Leite Barros declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.
Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	Sônia Zagury
Data de Nascimento	04/08/1967
Profissão	Economista
CPF	934.316.517-04
Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de Mandatos	2
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê Financeiro
Experiência Profissional	<p>Graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diretora de Novos Negócios da Vale desde abril/2018. Anteriormente foi Diretora Global de Tesouraria e Finanças da Vale (2008-2018). Foi conselheira da Vale nas empresas: CSA, Vale Fertilizante, Login Logística. Atualmente participa dos Conselhos de Administração das empresas: Companhia Siderúrgica do Pecém, MRS Logística S/A, Valia (Conselho Deliberativo) e Steamship.</p> <p>Setor: Siderurgia</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>

Declaração de Eventuais Condenações	A Sra. Sonia Zagury declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.
Critérios de Independência	Não é conselheira independente.

Nome	Viktor Nigri Moszkowicz
Data de Nascimento	01/12/1978
Profissão	Engenheiro
CPF	081.994.337-10
Órgão da Administração	Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de Mandatos	1
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro: Comitê de Sustentabilidade e Comitê Estratégico

Experiência Profissional	<p>Ingressou na Vale S.A. em 2003 como trainee e passou por diversas posições gerenciais, sendo as mais recentes: Coordenador Executivo de Relações com Investidores e Gerente de Tesouraria para Engenharia Financeira e Back-office da Vale S.A. No período de outubro/2009 a junho/2016, atuou na interação com a comunidade de investidores e no controle das transações financeiras. Entre junho/2016 a julho/2017 no gerenciamento da mesa de operações da Vale S.A., fazendo acompanhamento de mercado, além da gestão de relacionamento institucional com bancos.</p> <p>Entre agosto/2017 a abril/2020 atuou como líder global para gestão de riscos de mercado e crédito, e transferência de riscos operacionais via seguros.</p> <p>Desde abr/2020 ocupa o cargo de Gerente Executivo de Participações, liderando importantes estratégias para a companhia, visando maximizar a geração de valor da Vale para seus acionistas.</p> <p>Formado em engenharia mecânica pela UFRJ em 2000, com Mestrado em Engenharia Industrial pela PUC/RJ e MBA pela Universidade de Chicago.</p> <p>Setor: Mineração</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detem participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. Viktor Nigri Moszkowicz declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	Wendel Gomes da Silva
Data de Nascimento	10/01/1974
Profissão	Engenheiro
CPF	924.450.396-49
Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de mandatos consecutivos	N/A

Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Membro do Comitê Estratégico
Experiência Profissional	<p>Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil, 1998), completou sua formação acadêmica com os cursos MBA em Gestão de Negócios na Erasmus University de Roterdã (Holanda, 2004), MBA em Gestão de Negócios na Fundação Dom Cabral (Brasil, 2009) e Especialização em Marketing pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil, 2002). É membro do Comitê de Matérias Primas da World Steel Association. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Mineração e Matérias Primas na Gerdau S.A. Possui 22 anos de experiência profissional, dentre os quais 8 anos de experiência na Gerdau S.A., onde exerceu, na área de Mineração, os cargos de (i) Gerente Geral Comercial, (ii) Gerente Geral de Logística, (iii) Gerente Geral Industrial e (iv) Gerente Executivo.</p> <p>Setor: Siderurgia</p> <p>A empresa é controlada por acionista do emissor que detem participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. Wendel Gomes da Silva declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta, tendo em vista que, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, qualquer cargo, emprego ou função pública relevante, bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou, ainda, pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
Crítérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	William Ignácio Dias
Data de Nascimento	08/12/1978
Profissão	Gerente de Operação de Trens - RJ
CPF	051794777-35
Órgão da Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração
Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Não
Número de Mandatos	N/A
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	N/A

Experiência Profissional	<p>23 anos 6 meses na MRS Logística</p> <p>Admissão em 01-09-1997: Cargo de Auxiliar de Maquinista</p> <p>Outubro de 2001: Cargo de Maquinista</p> <p>Março de 2006: Cargo de Inspetor de Operação de Trens</p> <p>Setembro de 2008: Cargo de Coordenador de Equipe Operação</p> <p>Julho 2011: Cargo de Coordenador de Suporte Operação de trens RJ (Operadores de escala)</p> <p>Setembro 2013: Cargo de Coordenador de Engenharia de Manutenção</p> <p>Outubro 2015: Cargo de Coordenação de Suporte Operação de Trens RJ (Inspetoria);</p> <p>Agosto 2017: Cargo de Coordenador Engenharia de Transporte (Operação)</p> <p>Julho 2019: Cargo de Coordenador do Centro de Controle Operacional - CCO</p> <p>Dezembro 2019 - Atual: Cargo de Gerente de Operação de Trens - RJ</p> <p>FORMAÇÃO</p> <p>Pós-Graduação em Engenharia Ferroviária - CEPEFER</p> <p>Pós-Graduado em Gestão Empresarial - FGV</p> <p>Graduado em Administração de Empresas - UGB</p> <p>Técnico em Eletrotécnica</p> <p>Técnico em Eletrônica</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. William Ignácio Dias declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Alejandro Daniel Laiño
Data de Nascimento	27/12/1956
Profissão	Engenheiro Industrial
CPF	018.956.846-17
Tipo de Comitê	Comitê Estratégico
Descrição outros Comitês	Comitê Estratégico
Cargo ocupado	Membro do Comitê Estratégico
Descrição outros cargos ocupados	-
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023

Foi eleito pelo controlador	Sim
Número de mandatos consecutivos	2
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselho de Administração (Efetivo)
Experiência Profissional	Graduado em Engenharia Industrial pela Universidade de Buenos Aires, possui MBA pela IAE Business School, em Buenos Aires, bem como MSc. em Management of Technology pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT, em Boston, USA. Atuou como Diretor Regional de Supply Chain e Diretor Corporativo de Supply Chain na Ternium S.A., empresa do setor siderúrgico, nos períodos de julho de 2005 a junho de 2011 e de julho de 2011 a janeiro de 2012, respectivamente. Ocupa o cargo de Diretor Corporativo de Supply Chain da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (controladora indireta da Companhia) desde fevereiro de 2012.
Declaração de Eventuais Condenações	O Sr. Alejandro Daniel Laiño declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta, tendo em vista que, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, qualquer cargo, emprego ou função pública relevante, bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou, ainda, pessoas de seu relacionamento próximo.
Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	Luis Fernando Barbosa Martinez
Data de Nascimento	03/11/1963
Profissão	Engenheiro Metalúrgico
CPF	055.978.608-52
Tipo de Comitê	Comitê de Sustentabilidade e Comitê Estratégico
Descrição Outros Comitês	Comitê de Sustentabilidade e Comitê Estratégico
Cargo ocupado	Membro do Comitê Estratégico e do Comitê Sustentabilidade (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Número de Mandatos	3
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Presidente do Conselho de Administração

Experiência Profissional	<p>Integra o Conselho de Administração da MRS desde 2015. É Diretor Executivo da Companhia Siderúrgica Nacional desde 2011, sendo atualmente responsável pelas áreas comerciais e de logística dos segmentos de siderurgia, cimentos e vendas especiais. Trabalha na CSN desde 2002, tendo exercido anteriormente a função de Diretor Comercial. É membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração - ABM. É Diretor da Estanho de Rondônia S.A., Minérios Nacional S.A., CSN Energia S.A., Companhia Metalúrgica Prada e da CSN Cimentos S.A., Lusosider Aços Planos S.A., Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A., Lusosider Ibérica S.A., SWT, e membro suplente do Conselho de Administração da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (todas sociedades controladas pela CSN) e da Transnordestina Logística S.A. Também é membro do Conselho Deliberativo da Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional - CBS. Desde 23 de março de 2017 atua como membro da Diretoria da Câmara de Comércio e Indústria Brasil - Alemanha. Anteriormente, foi conselheiro da Nacional Minérios S.A., Companhia Florestal do Brasil, Companhia Metalúrgica Prada e da Sepetiba Tecon S.A. Antes de ingressar na CSN, foi Diretor Comercial da Alcan Alumínio do Brasil S.A., companhia onde atuou durante 14 anos em áreas de processos, qualidade, desenvolvimento de produtos/mercados e comercial. Ocupou cargos de Diretor Executivo do CBCA - Centro Brasileiro de Construção em Aço e ABCEM - Associação Brasileira de Construção Metálica e foi Presidente da Associação Brasileira de Embalagem de Aço - ABEAÇO. Recebeu "Prêmio Barão de Mauá - Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) como Destaque Profissional e de Mercado, em 2016". É graduado em Engenharia Metalúrgica pelo IMT - Instituto Mauá de Tecnologia, pós-graduado em Administração Industrial pela Escola de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo e formado no Corporate Management Development Program pela Alcan Aluminum Limited, Montreal, Canadá</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. Luis Fernando Barbosa Martinez declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
Critérios de Independência	<p>Não é conselheiro independente.</p>

Nome	Viktor Nigri Moszkowicz
Data de Nascimento	01/12/1978
Profissão	Engenheiro
CPF	081.994.337-10
Tipo de Comitê	Comitê Estratégico
Descrição Outros Comitês	Comitê Estratégico
Cargo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Número de Mandatos	1
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Conselho de Administração
Experiência Profissional	<p>Entrou na Vale S.A. em 2003 como trainee e passou por diversas posições gerenciais, sendo as mais recentes: Coordenador Executivo de Relações com Investidores e Gerente de Tesouraria para Engenharia Financeira e Back-office da Vale S.A. No período de out/2009 a jun/2016, atuou na interação com a comunidade de investidores e no controle das transações financeiras. Entre jun/2016 a jul/2017 no gerenciamento da mesa de operações da Vale S.A., fazendo acompanhamento de mercado, além da gestão de relacionamento institucional com bancos.</p> <p>Entre ago/2017 a abr/2020 atuou como líder global para gestão de riscos de mercado e crédito, e transferência de riscos operacionais via seguros.</p> <p>Desde abr/2020 ocupa o cargo de Gerente Executivo de Participações, liderando importantes estratégias para a companhia, visando maximizar a geração de valor da Vale para seus acionistas.</p> <p>Formado em engenharia mecânica pela UFRJ em 2000, com Mestrado em Engenharia Industrial pela PUC/RJ e MBA pela Universidade de Chicago.</p>
Declaração de Eventuais Condenações	<p>O Sr. Viktor Nigri Moszkowicz declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.</p>
Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	Sonia Zagury
Data de Nascimento	04/08/1967
Profissão	Economista
CPF	934.316.517-04
Tipo de Comitê	Comitê Financeiro
Descrição Outros Comitês	N/A
Cargo ocupado	Membro do Comitê (Efetivo)
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Número de Mandatos	2
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Conselho de Administração
Experiência Profissional	Graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e é Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diretora de Novos Negócios da Vale desde abril/2018. Anteriormente foi Diretora Global de Tesouraria e Finanças da Vale (2008-2018). Foi conselheira da Cia nas empresas: CSA, Vale Fertilizante, Login Logística. Atualmente participa dos Conselhos de Administração das empresas: Companhia Siderúrgica do Pecém, MRS Logística S/A, Valia (Conselho Deliberativo) e Steamship.
Declaração de Eventuais Condenações	A Sra. Sonia Zagury declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.
Crítérios de Independência	Não é conselheiro independente.

Nome	Wendel Gomes da Silva
Data de Nascimento	10/01/1974
Profissão	engenheiro
CPF	924.450.396-49
Tipo de Comitê	Comitê Estratégico
Descrição outros Comitês	Comitê Estratégico
Cargo ocupado	Membro do Comitê Estratégico
Descrição outros cargos ocupados	Membro do Comitê Estratégico
Data da eleição	29/04/2021
Data da posse	29/04/2021
Prazo do mandato	29/04/2023
Foi eleito pelo controlador	Sim

Número de mandatos consecutivos	N/A
Percentual de participação em reuniões, após a posse	N/A
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselho de Administração (Efetivo)
Experiência Profissional	Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil, 1998), completou sua formação acadêmica com os cursos MBA em Gestão de Negócios na Erasmus University de Roterdã (Holanda, 2004), MBA em Gestão de Negócios na Fundação Dom Cabral (Brasil, 2009) e Especialização em Marketing pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil, 2002). Possui 22 anos de experiência profissional, dentre os quais 8 anos de experiência na Gerdau, onde exerceu, na área de Mineração, os cargos de (i) Gerente Geral Comercial, (ii) Gerente Geral de Logística, (iii) Gerente Geral Industrial e (iv) Gerente Executivo. É membro do Comitê de Matérias Primas da World Steel Association. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Mineração e Matérias Primas na Gerdau S.A.
Declaração de Eventuais Condenações	O Sr. Wendel Gomes da Silva declarou, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 (cinco) anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, mesmo que não transitada em julgado; (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (iv) que não é pessoa politicamente exposta pois, nos últimos cinco anos, não exerceu, no Brasil ou no exterior, algum cargo, emprego ou função pública relevante bem como não tem, nessas condições, familiares, representantes ou ainda pessoas de seu relacionamento próximo.
Critérios de Independência	Não é conselheiro independente.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Inexiste relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com (i) administradores da Companhia; ou (ii) administradores de sociedades controladoras diretas ou indiretas da Companhia. A Companhia não possui sociedades controladas direta ou indiretamente tampouco controladores pessoas naturais.

12.10 Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas nos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Viktor Nigri Moszkowicz

CPF do Adm.	081.994.337-10
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Gerente Executivo de Gestão de Participações
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Viktor Nigri Moszkowicz
CPF do Adm.	081.994.337-10
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Gerente de Riscos Financeiros e Seguros
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Viktor Nigri Moszkowicz
CPF do Adm.	081.994.337-10
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Gerente de Riscos Financeiros e Seguros
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Sonia Zagury
CPF do Adm.	934.316.517-04
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica

CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretora de Novos Negócios
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Sonia Zagury
CPF do Adm.	934.316.517-04
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretora de Novos Negócios
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Sonia Zagury
CPF do Adm.	934.316.517-04
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretora de Novos Negócios

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Marcelo Leite Barros
CPF do Adm.	015.314.747-48
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor de Operações Corredor Sul
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
------------------	------------

Nome do Administrador	Marcelo Leite Barros
CPF do Adm.	015.314.747-48
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Vale S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.592.510/0001-54
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor de Operações Corredor Sul
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Alejandro Daniel Laino
CPF do Adm.	018.956.846-17
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	60.894.730/0001-05
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Alejandro Daniel Laino
CPF do Adm.	018.956.846-17
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	60.894.730/0001-05
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Alejandro Daniel Laino
CPF do Adm.	018.956.846-17
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A

Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	60.894.730/0001-05
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto
Observação	

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Carlos Hector Rezzonico
CPF do Adm.	702.295.766-56
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	60.894.730/0001-05
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Carlos Hector Rezzonico
CPF do Adm.	702.295.766-56
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	60.894.730/0001-05
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Carlos Hector Rezzonico
CPF do Adm.	702.295.766-56
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração da MRS
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	60.894.730/0001-05
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor

Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Subordinação
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Indireto
Observação	

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Luis Fernando Barbosa Martinez
CPF do Adm.	055.978.608-52
Cargo/Função do Adm.	Presidente do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Companhia Siderúrgica Nacional
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.042.730/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Executivo
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Luis Fernando Barbosa Martinez
CPF do Adm.	055.978.608-52
Cargo/Função do Adm.	Presidente do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Companhia Siderúrgica Nacional
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.042.730/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Executivo
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Luis Fernando Barbosa Martinez
CPF do Adm.	055.978.608-52
Cargo/Função do Adm.	Presidente do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Companhia Siderúrgica Nacional
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.042.730/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Executivo
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Marcelo Cunha Ribeiro
CPF do Adm.	829.510.041-68
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Companhia Siderúrgica Nacional
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.042.730/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Executivo
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Marcelo Cunha Ribeiro
CPF do Adm.	829.510.041-68
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Companhia Siderúrgica Nacional
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.042.730/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Executivo
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Marcelo Cunha Ribeiro
CPF do Adm.	829.510.041-68
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	Companhia Siderúrgica Nacional
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	33.042.730/0001-04
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Executivo
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Controlador Direto
Observação	

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Marcelo Cunha Ribeiro
CPF do Adm.	829.510.041-68

Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	CSN Mineração S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	08.902.291/0001-15
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Fornecedora
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Marcelo Cunha Ribeiro
CPF do Adm.	829.510.041-68
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	CSN Mineração S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	08.902.291/0001-15
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Fornecedora
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Marcelo Cunha Ribeiro
CPF do Adm.	829.510.041-68
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	CSN Mineração S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	08.902.291/0001-15
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Membro do Conselho de Administração
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Fornecedora
Observação	

Exercício Social	31/12/2020
Nome do Administrador	Enéas Garcia Diniz
CPF do Adm.	657.575.057-53
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	CSN Mineração S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	08.902.291/0001-15

Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Superintendente
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Fornecedora
Observação	

Exercício Social	31/12/2019
Nome do Administrador	Enéas Garcia Diniz
CPF do Adm.	657.575.057-53
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	CSN Mineração S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	08.902.291/0001-15
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Superintendente
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Fornecedora
Observação	

Exercício Social	31/12/2018
Nome do Administrador	Enéas Garcia Diniz
CPF do Adm.	657.575.057-53
Cargo/Função do Adm.	Membro do Conselho de Administração
Nome/nome empresarial da pessoa relacionada	CSN Mineração S.A.
Tipo de pessoa	Jurídica
CNPJ/CPF da pessoa relacionada:	08.902.291/0001-15
Cargo ou função do administrador na pessoa relacionada	Diretor Superintendente
Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Prestação de Serviço
Tipo de pessoa relacionada	Fornecedora
Observação	

ANEXO III
Seção 13 do Formulário de Referência

13. Remuneração dos Administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

- Diretoria estatutária e não estatutária:

A remuneração da diretoria (estatutária e não estatutária) da MRS tem o objetivo de contribuir para a atração, retenção e motivação dos diretores e está alinhada com os resultados de médio e longo prazo da Companhia, que visam garantir a sua sustentabilidade. A Companhia adota uma política de remuneração aprovada no âmbito de Reunião Prévia de Acionistas, no dia 14/12/2012. O Comitê Estratégico revisa anualmente esta política, recomendando ao Conselho de Administração ajustes que se façam necessários para garantir seu objetivo. A política de remuneração da Diretoria Estatutária não é divulgada pela Companhia.

- Conselho de Administração:

Os conselheiros são remunerados apenas por sua presença em reunião.

- Conselho Fiscal:

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

- Comitês:

A Companhia conta com três comitês não estatutários, quais sejam: Comitê Financeiro, Estratégico e de Sustentabilidade. Os membros destes comitês não recebem remuneração pelo exercício desta atividade.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Diretoria estatutária:

A remuneração fixa da diretoria estatutária da Companhia é composta de: (i) 12 honorários mensais fixos, equivalentes ao pró-labore; e (ii) benefícios diretos, incluindo plano de saúde, realização de checkup médico periódico, seguro de vida e plano de previdência privada, cujos valores estão indicados no item 13.10 deste documento. A remuneração variável da Diretoria Estatutária é composta por bonificação anual por

resultados.

O objetivo de cada elemento da remuneração é garantir a consistência interna e a competitividade em relação ao mercado, promovendo o alcance dos resultados de curto prazo e alinhamento do corpo diretivo com as metas de médio e longo prazo da Companhia.

- **Diretoria não estatutária:**

A remuneração da diretoria não estatutária da Companhia é composta de: (i) 13 honorários mensais fixos; (ii) remuneração variável consistente em bonificação anual por resultados; e (iii) benefícios diretos, incluindo plano de saúde, realização de checkup médico periódico, seguro de vida e plano de previdência privada.

O objetivo de cada elemento da remuneração é garantir a consistência interna e a competitividade em relação ao mercado, promovendo o alcance dos resultados de curto prazo e alinhamento do corpo diretivo com as metas de médio e longo prazo da Companhia.

- **Conselho de Administração:**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta somente pelo valor pago por presença em reuniões deste órgão.

- **Conselho Fiscal:**

Conforme estabelecido no artigo 24, §1º do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia que os eleger, observado o limite legal. A Companhia não instalou o Conselho Fiscal nos exercícios sociais encerrados em dezembro de 2020, dezembro de 2019 e dezembro de 2018.

- **Comitês:**

A Companhia conta com três comitês não estatutários, quais sejam: Comitê Financeiro, Estratégico e de Sustentabilidade. Os membros destes comitês não recebem remuneração pelo exercício desta atividade.

i. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Órgão da Administração	Elemento da Remuneração	2018	2019	2020
Diretoria estatutária e não estatutária	Parcela fixa dos honorários	35%	30%	30%
	Remuneração variável	62%	67%	65%
	Benefícios	3%	3%	4%
Conselho de Administração	Remuneração por participação em reunião	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	Não há Conselho Fiscal Instalado na Companhia	0%	0%	0%
Comitês Não Estatutários	Os membros dos comitês não são remunerados pelo exercício desta atividade	0%	0%	0%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

- **Diretoria estatutária e não estatutária:**

O valor dos honorários fixos é balizado pela mediana do salário base do mercado executivo (setor de transporte, logística, mineração e siderurgia), apurado pela consultoria *KornFerry/HayGroup*, com reajustes anuais por desempenho definidos pelo Conselho de Administração da Companhia mediante avaliação individual.

A bonificação anual é condicionada aos resultados alcançados. O cálculo é feito com base nos indicadores de resultados globais (metas corporativas) definidas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e indicadores de resultados individuais (metas individuais).

Os benefícios são concedidos de acordo com as práticas de mercado.

- **Conselho de Administração:**

O valor pago a cada um dos membros do Conselho de Administração por presença em cada reunião é fixado pela Assembleia Geral uma vez por ano. Desde 2007, o valor é R\$180,00 por reunião.

- **Conselho Fiscal:**

Conforme estabelecido no artigo 24, §1º do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia que os eleger, observado o limite legal. Nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, não foi instalado Conselho Fiscal na Companhia.

- **Comitês:**

Os membros dos comitês não estatutários não são remunerados pela Companhia pelo exercício desta atividade.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

- **Diretoria estatutária e não estatutária:**

A remuneração da Diretoria estatutária e não estatutária é composta de parcela fixa e parcela variável tendo em vista a necessidade de se desenvolver competências para alavancar o crescimento sustentado de médio a longo prazo da Companhia, associada à necessidade de garantir os resultados de curto prazo.

- **Conselho de Administração:**

A remuneração do Conselho de Administração é apenas para cobrir gastos com deslocamento. Isto porque os membros do Conselho de Administração da MRS também ocupam cargos na própria Companhia (representante dos empregados) ou ocupam cargos nas sociedades integrantes do bloco de controle da

Companhia e têm suas remunerações principais cobertas por tais sociedades controladoras.

- Conselho Fiscal:

Conforme estabelecido no artigo 24 §1º do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia que os eleger, observado o limite legal. Nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, não foi instalado Conselho Fiscal na Companhia.

- Comitês:

Os membros dos comitês não estatutários não são remunerados pela Companhia pelo exercício desta atividade.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

- Conselho de Administração:

A remuneração dos membros do conselho de administração é composta somente pelo valor pago por presença em reuniões deste órgão. A remuneração deste órgão tem como finalidade apenas a cobertura de gastos com deslocamento. Isto porque os membros do conselho de administração da MRS também ocupam cargos na própria Companhia (representante dos empregados) ou nas sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia e têm suas remunerações principais cobertas por tais sociedades controladoras.

- Comitês:

Os comitês não estatutários são compostos por membros do conselho de administração, cujos critérios de remuneração foram expostos nos tópicos anteriores deste mesmo item, e por especialistas e executivos integrantes de quadros da Companhia e de acionistas da Companhia, convidados a participar voluntariamente.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

- Diretoria estatutária e não estatutária:

Na parcela fixa dos honorários, é considerado o desenvolvimento de competências individuais através de avaliação de desempenho feita pelo Conselho de Administração. A parcela variável da remuneração da diretoria estatutária e não estatutária da Companhia é estabelecida considerando-se os seguintes parâmetros principais de desempenho: (a) satisfação do cliente; (b) excelência operacional; e (c) sustentabilidade. Considerando tais parâmetros, em 2020, os indicadores utilizados para definir a parcela variável da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária foram: (i) volume faturado de carga geral própria; (ii) redução de custos de longo prazo; (iii) evolução do projeto de prorrogação da concessão; (iv) redução da taxa de frequência de acidentes pessoais; (v) redução da gravidade dos acidentes ferroviários e (vi) nível de satisfação dos clientes de carga geral.

- Conselho de Administração:

Os membros do conselho de administração são remunerados apenas por presença em reunião deste órgão.

- Conselho Fiscal:

Conforme estabelecido no artigo 24, §1º do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia que os elege, observado o limite legal. Nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, não foi instalado Conselho Fiscal na Companhia.

- Comitês:

Os membros dos comitês não estatutários não são remunerados pela Companhia pelo exercício desta atividade.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- Diretoria estatutária e não estatutária:

A parcela fixa da remuneração evolui com base na melhoria do desempenho dos diretores, evidenciadas através de avaliações de desempenho individuais realizadas pelo Conselho de Administração. A determinação do valor da remuneração variável da diretoria estatutária e não estatutária depende: (i) da verificação anual do alcance de metas pré-determinadas para os indicadores corporativos; e (ii) da avaliação de desempenho feita pelo Conselho de Administração. Tais metas são revisadas anualmente, de forma quantitativa e qualitativa. Os indicadores utilizados para definir a parcela variável são os mesmos mencionados no item 13.1.c.

- Conselho de Administração:

Os membros do conselho de administração são remunerados apenas por presença em reunião deste órgão.

- Conselho Fiscal:

Conforme estabelecido no artigo 24, §1º do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia que os elege, observado o limite legal. Nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, não foi instalado Conselho Fiscal na Companhia.

- Comitês:

Os membros dos comitês não estatutários não são remunerados pela Companhia pelo exercício desta atividade.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática adotada em relação aos diversos componentes da remuneração dos administradores está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, tendo como base o desempenho e a sustentabilidade financeira, de acordo com o planejamento estratégico estabelecido e devidamente alinhado com os interesses dos acionistas da Companhia. Para mais informações, vide item 13.1.b (iv) acima.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não obstante o fato de os membros do Conselho de Administração ocuparem cargos nas sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia e receberem remuneração em função de tais cargos, nenhum membro dos órgãos de administração da Companhia recebe remuneração, em função do exercício de cargo na Companhia, por subsidiárias, controladas ou controladores da Companhia. Conforme exposto no item 13.1 (b) acima, o Conselho de Administração da Companhia recebe apenas remuneração por participação em reuniões para cobrir os custos com deslocamento. O valor da remuneração é de R\$ 180,00 por reunião.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não adota remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários, para nenhum dos órgãos abrangidos por este item 13.1.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

Anualmente o Comitê Estratégico avalia a remuneração individual de cada membro da diretoria frente à política de remuneração estabelecida, bem como desempenho individual de cada diretor, recomendando ao Conselho de Administração os ajustes na remuneração que julgar pertinentes.

O valor pago a cada um dos membros do Conselho de Administração por presença em cada reunião é fixado pela Assembleia Geral uma vez por ano. Desde 2007, o valor é R\$180,00 por reunião e nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, todos os membros do Conselho de administração renunciaram a remuneração.

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

As decisões relativas às remunerações individuais da diretoria são avaliadas pelo Comitê Estratégico que faz as recomendações que julgarem pertinentes ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração, por sua vez, define como a remuneração global aprovada pelos acionistas, em AGO, será distribuída aos membros da diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de

comparação e a abrangência desses estudos

O valor dos honorários fixos é balizado pela mediana do salário base do mercado executivo (setor de transporte, logística, mineração e siderurgia), apurado pela consultoria *KornFerry/HayGroup*, com reajustes anuais por desempenho definidos pelo Conselho de Administração da Companhia mediante avaliação individual. A bonificação anual é condicionada aos resultados alcançados. O cálculo é feito com base nos indicadores de resultados globais (metas corporativas) definidas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e indicadores de resultados individuais (metas individuais). Os benefícios são concedidos de acordo com as práticas de mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Comitê Estratégico avalia a remuneração individual de cada membro da diretoria frente à política de remuneração estabelecida, bem como desempenho individual de cada diretor, recomendando ao Conselho de Administração os ajustes que julgar pertinentes.

13.2 Em relação à Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia, reconhecida nos últimos 3 exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente, está indicada nas tabelas abaixo. Não é dada qualquer informação a respeito da remuneração do Conselho Fiscal tendo em vista o fato de tal órgão não ter sido instalado nos últimos 3 exercícios sociais ou estar prevista sua instalação no exercício social corrente.

A remuneração dos membros do conselho de administração é composta somente pelo valor pago por presença em reuniões deste órgão e, nos últimos 3 exercícios, os conselheiros renunciaram à remuneração.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	4,00	-	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	-	4,00
Remuneração Fixa Anual	0,00	5.327.131,41	-	5.327.131,41
Salário ou pró-labore	0,00	4.806.006,63	-	4.806.006,63
Benefícios direto e indireto	0,00	521.124,79	-	521.124,79
Participação em comitês	0,00	0,00	-	0,00

Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			-	
Remuneração variável	0,00	7.480.997,95	-	7.480.997,95
Bônus	0,00	7.480.997,95	-	7.480.997,95
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis			-	
Pós-emprego	0,00	316.499,42	-	316.499,42
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Observação	Assim como ocorreu nos exercícios passados, estima-se que todos os conselheiros renunciarão à remuneração por participação em reuniões do órgão.			
Total da remuneração	0,00	13.124.628,78	-	13.124.628,78

(I) Valores líquidos dos encargos sociais de ônus do empregador, tendo em vista orientação da decisão do Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10).

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	4,00	-	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	-	4,00
Remuneração Fixa Anual	0,00	4.460.314,66	-	4.460.314,66
Salário ou pró-labore	0,00	4.044.097,66	-	4.044.097,66
Benefícios direto e indireto	0,00	416.217,00	-	416.217,00
Participação em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-		-	

Remuneração variável	0,00	8.557.302,57	-	8.557.302,57
Bônus	0,00	8.557.302,57	-	8.557.302,57
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-		-	
Pós-emprego	0,00	266.323,93	-	266.323,93
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00
Observação	Todos os conselheiros renunciaram à remuneração por participação em reuniões do órgão. O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/ N° 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/ N° 01/2021.	-	-
Total da remuneração	0,00	13.283.941,16	-	13.283.941,16

(I) Valores líquidos dos encargos sociais de ônus do empregador, tendo em vista orientação da decisão do Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10).

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,00	4,00	-	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	-	4,00
Remuneração Fixa Anual	0,00	4.059.563,42	-	4.059.563,42
Salário ou pró-labore	0,00	3.873.264,48	-	3.873.264,48
Benefícios direto e indireto	0,00	186.298,94	-	186.298,94
Participação em comitês	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-		-	
Remuneração variável	0,00	8.666.710,72	-	8.666.710,72
Bônus	0,00	8.666.710,72	-	8.666.710,72
Participação de resultados	0,00	0,00	-	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	-	0,00
Comissões	0,00	0,00	-	0,00
Outros	0,00	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-		-	
Pós-emprego	0,00	297.298,57	-	297.298,57
Cessação do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	-	0,00

Observação	Todos os conselheiros renunciaram à remuneração por participação em reuniões do órgão. O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/ N° 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/ N° 01/2021.	-	
Total da remuneração	0,00	13.023.572,71	-	13.023.572,71

(I) Valores líquidos dos encargos sociais de ônus do empregador, tendo em vista orientação da decisão do Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10).

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° de membros	10,00	4,00	-	14,00
N° de membros remunerados	0,00	4,00	-	4,00
Remuneração Fixa Anual	0,00	4.043.418,28	-	4.043.418,28
Salário ou pró-labore	-	3.903.225,52	-	3.903.225,52
Benefícios direto e indireto	-	140.192,76	-	140.192,76
Participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	0,00	-	0,00

Descrição de outras remunerações fixas	-		-	
Remuneração variável	0,00	7.045.198,56	-	7.045.198,56
Bônus	-	7.045.198,56	-	7.045.198,56
Participação de resultados	-	-	-	
Participação em reuniões	0,00	-	-	0,00
Comissões	-	-	-	
Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-		-	
Pós-emprego	-	253.240,66	-	253.240,66
Cessação do cargo	-	-	-	
Baseada em ações	-	-	-	
Observação	<p>Todos os conselheiros renunciaram à remuneração por participação em reuniões do órgão. O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/ N° 01/2021.</p> <p>O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/ N° 01/2021.</p>			
Total da remuneração	0,00	11.341.857,50	-	11.341.857,50

(I) Valores líquidos dos encargos sociais de ônus do empregador, tendo em vista orientação da decisão do Colegiado da CVM em reunião realizada em 08.12.2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-10).

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

A remuneração variável da Diretoria estatutária da Companhia reconhecida nos últimos 3 exercícios sociais e prevista para o exercício corrente está indicada nas tabelas abaixo. Não é dada qualquer informação a respeito da remuneração do Conselho Fiscal tendo em vista o fato de tal órgão não ter sido instalado nos últimos 3 exercícios sociais e não ser prevista sua instalação no exercício corrente.

A remuneração dos membros do conselho de administração é composta somente pelo valor pago por presença em reuniões deste órgão.

Remuneração total variável prevista para o Exercício Social corrente em 31/12/2021 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	10,00	4,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	4,00
Bônus	-	7.480.997,95	7.480.997,95
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ¹	-	1.706.885,99	1.706.885,99
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	10.241.315,94	10.241.315,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	10.241.315,94	10.241.315,94
Participação de resultados	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-

Observação	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.
-------------------	---	---	---

¹ Não há um valor mínimo de bônus garantido. Caso os resultados não sejam alcançados, não há pagamento de bônus. O pagamento de bônus é definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Remuneração total variável do Exercício Social findo em 31/12/2020 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	10,00	4,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	4,00
Bônus	-	8.557.302,57	8.557.302,57
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ¹	-	1.426.217,09	1.426.217,09
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.557.302,57	8.557.302,57
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	8.557.302,57	8.557.302,57
Participação de resultados	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-

Observação	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.
-------------------	---	---	---

¹ Não há um valor mínimo de bônus garantido. Caso os resultados não sejam alcançados, não há pagamento de bônus. O pagamento de bônus é definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Remuneração total variável do Exercício Social findo em 31/12/2019 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	10,00	4,00	14,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	4,00
Bônus	-	8.666.710,72	8.666.710,72
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ¹	-	1.445.546,91	1.445.546,91
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.673.281,44	8.673.281,44
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	8.673.281,44	8.673.281,44
Participação de resultados	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-

Observação	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2020.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.
-------------------	---	---	---

¹ Não há um valor mínimo de bônus garantido. Caso os resultados não sejam alcançados, não há pagamento de bônus. O pagamento de bônus é definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

Remuneração total variável do Exercício Social findo em 31/12/2018 - Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	10,00	4,00	14,00
Nº de membros remunerados	-	4,00	4,00
Bônus	-	7.045.198,56	7.045.198,56
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ¹	-	1.371.778,86	1.371.778,86
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.230.673,15	8.230.673,15
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	8.230.673,15	8.230.673,15
Participação de resultados	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-

Observação	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.	O número de membros deste órgão corresponde à média anual apurada mensalmente, com duas casas decimais, enquanto o número de membros remunerados corresponde ao número de membros que tiveram sua remuneração reconhecida no resultado, nos termos da regulamentação aplicável, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 01/2021.

¹ Não há um valor mínimo de bônus garantido. Caso os resultados não sejam alcançados, não há pagamento de bônus. O pagamento de bônus é definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não adotou plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos três últimos exercícios sociais e não há previsão de que este tipo de remuneração seja implementado no exercício social corrente.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos três últimos exercícios sociais e não há previsão de que este tipo de remuneração seja implementado no exercício social corrente.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo::

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não adotou este tipo de remuneração, seja para a diretoria ou para o conselho de administração, e não há previsão de que seja

adotado no exercício social corrente.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou este tipo de remuneração nos três últimos exercícios sociais, seja para a diretoria estatutária, seja para o conselho de administração.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não adotou plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e para a diretoria estatutária nos três últimos exercícios sociais e não há previsão de que este tipo de remuneração seja implementado no exercício social corrente.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Órgão da Administração	Valor Mobiliário	Características do Valor Mobiliário	Emissor	Relação do Emissor com a Companhia	Quantidade detida direta e indiretamente em 31/12/2020
Conselho de Administração	Ação	VALE3 - Ação Ordinária	Vale S.A.	Controlador	136.624
	Ação	GGBR4 - Ação Preferencial	Gerdau S.A.	Controlador	17.600
	Ação	CSNA3 - Ação Ordinária	Companhia Siderúrgica Nacional	Controlador	1.500
	Ação	USIM5 - Ação Preferencial	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	Controlador	20.500
Diretoria Estatutária	Ação	USIM5 - Ação Preferencial	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	Controlador	400
	Ação	GGBR4 - Ação Preferencial	Gerdau S.A.	Controlador	100

Ao final do exercício social de 2020, os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não detinham direta ou indiretamente, incluindo a participação através de fundos exclusivos, cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas de emissão da Companhia ou dos seus

controladores diretos e indiretos.

A Companhia não possui sociedades controladas ou sob controle comum e no último exercício não foi instalado o Conselho Fiscal.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	10,00	4,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00
Nome do plano	A Companhia não possui plano de previdência em vigor aplicável aos membros do conselho de administração	MRSPREV - Bradesco Vida e Previdência
Quantidade de administradores que reúnem as condições de se aposentar	Não se aplica	0,00
Condições para se aposentar antecipadamente	Não se aplica	Para ter elegibilidade à aposentadoria antecipada, o participante deve apresentar os seguintes requisitos de forma concomitante: - Mínimo 55 anos de idade e no máximo 59 anos; - Mínimo de 10 anos de serviço prestado na empresa; - Mínimo de 5 anos de participação no plano para os empregados que aderiram ao plano até 01/09/1999 e de 10 anos de participação para aqueles que aderiram após esta data; e - Término do vínculo empregatício com a empresa.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não se aplica	R\$ 2.741.111,49
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não se aplica	R\$ 146.014,92
Possibilidade e condições para resgate antecipado	Não se aplica	Em caso de desligamento, o funcionário tem direito ao resgate total da sua parcela na contribuição e direito ao resgate parcial da parcela que a empresa contribuiu em seu favor, sendo este resgate calculado de acordo com o tempo de serviço na companhia e idade.

¹ Tempo de serviço na Companhia mais idade em número de meses determina número de pontos. Faixas de pontos para determinar percentual do saldo parte empresa: (i) 500-600 pontos: 30%;(ii) 601-700 pontos: 40%; (iii) 701 a 800 pontos: 50%; (iv) 801-900 pontos: 60%; e (v) acima de 901 pontos.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- Conselho de Administração:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número de membros	10,00	10,00	10,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração individual (em reais)	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração individual (em reais)	0,00	0,00	0,00
Valor médio de remuneração individual (em reais)	0,00	0,00	0,00

¹ Valor apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, todos os membros do conselho de administração renunciaram à remuneração.

Observação:

Conselho de Administração	
31/12/2018	No exercício social de 2018, todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram o cargo os 12 meses do ano. Nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, todos os membros do conselho de administração renunciaram à remuneração
31/12/2019	No exercício social de 2019, todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram o cargo os 12 meses do ano. Nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, todos os membros do conselho de administração renunciaram à remuneração
31/12/2020	No exercício social de 2020, todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram o cargo os 12 meses do ano. Nos exercícios sociais de 2018, 2019 e 2020, todos os membros do conselho de administração renunciaram à remuneração

- Diretoria Estatutária:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Número de membros	4,00	4,00	4,00
Número de membros remunerados	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração individual (em reais)	5.348.771,24	5.120.411,71	4.105.479,04
Valor da menor remuneração individual (em reais)	2.500.440,70	2.592.407,16	2.346.691,19
Valor médio de remuneração individual (em reais)	3.320.985,29	3.255.893,18	2.835.464,38

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	No exercício social de 2018, todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram o cargo os 12 meses do ano.
31/12/2019	No exercício social de 2019, todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram o cargo os 12 meses do ano.
31/12/2020	No exercício social de 2020, todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram o cargo os 12 meses do ano.

- Conselho Fiscal: Informação não aplicável, visto que nos três últimos exercícios sociais não foi instalado Conselho Fiscal na Companhia.

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia adota uma política de indenização de 6 salários mensais em caso de destituição imotivada dos Diretores Estatutários. Não há qualquer outro arranjo contratual ou outros instrumentos através dos quais os membros dos demais órgãos da administração da Companhia façam jus a indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração dos membros do conselho de administração é composta somente pelo valor pago por presença em reuniões deste órgão. A remuneração deste órgão tem como finalidade apenas a cobertura de gastos com deslocamento. Isto porque os membros do conselho de administração da MRS também ocupam cargos na própria Companhia (representante dos empregados) ou nas sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia e têm suas remunerações principais cobertas por tais sociedades controladoras. O valor pago a cada um dos membros do conselho de administração por presença em cada reunião é fixado em Assembleia Geral e desde 2007, o valor é de R\$180,00 por reunião. Nos últimos três exercícios sociais, os membros do conselho de administração da Companhia renunciaram à remuneração por participação em reuniões deste órgão.

Assim, nos 3 últimos exercícios sociais, o percentual da remuneração total reconhecida no resultado da Companhia referente a membros que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos foi:

Órgão	2018	2019	2020
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria estatutária	0%	0%	0%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos exercícios sociais encerrados em 2020, 2019 e 2018, a Companhia não contratou nenhum dos seus membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária por qualquer razão que não as decorrentes dos cargos que ocupam como, por exemplo, para serviços de consultoria ou assessoria. Adicionalmente, a Companhia não instalou Conselho Fiscal nos referidos exercícios sociais.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

a) as parcelas da remuneração suportadas por controladas do emissor, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal em função do exercício do cargo no emissor.

Nos últimos três exercícios sociais, nenhum dos membros dos órgãos da administração da Companhia recebeu remuneração dos controladores diretos e indiretos da Companhia em função cargo exercido na MRS. A Companhia não possui sociedades controladas ou sociedades sob controle comum.

b) as demais remunerações recebidas por administradores e membros do conselho fiscal do emissor, que tenham sido reconhecidas no resultado de controladas do emissor, dos controladores diretos ou indiretos do emissor ou de sociedades sob controle comum, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo no emissor.

O quadro abaixo demonstra a remuneração recebida pelos órgãos de administração da Companhia por serviços e funções exercidas nos controladores diretos e indiretos. A Companhia não possui sociedades controladas ou sob controle comum.

Exercício social 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$57.175.194,26	0,00	N/A	R\$57.175.194,26
Controladas	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$28.991.849,87	0,00	N/A	R\$28.991.849,87
Controladas	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$27.690.407,13	0,00	N/A	R\$27.690.407,13
Controladas	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

ANEXO IV

ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 (informações complementares relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2020)

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício social encerrado no ano de 2020:

R\$ 430.281.690,13 (quatrocentos e trinta milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa reais e treze centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de março de 2021, os Conselheiros deliberaram propor em Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 102.191.901,41 (cento e dois milhões, cento e noventa e um mil, novecentos e um reais e quarenta e um centavos), correspondente a 25% do lucro líquido após constituição da reserva legal, a ser pago em parcela única até o último dia do exercício social de 2021. Os dividendos por ação de cada espécie e classe estão indicados a seguir:

Tipo de Ação	Dividendos a distribuir	Dividendos por ação
Ações Ordinárias - ON	R\$ 54.188.846,21	R\$ 0,28772937440
Ações Pref. A - PNA	R\$ 25.977.298,82	R\$ 0,31650231184
Ações Pref. B - PNB	R\$ 22.025.756,38	R\$ 0,31650231184

A Companhia não distribuiu dividendos antecipadamente ou declarou juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido a ser distribuído do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é de 25%, após as deduções legais.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

O valor dos dividendos foi informado no item 2 acima e a Companhia não distribui juros sobre o capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos deverão ser pagos em parcela única até o último dia do exercício social de 2021. A data de pagamento será informada aos acionistas por meio de aviso aos acionistas.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Em 29 de abril de 2021.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não Aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não Aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro líquido do exercício	Valores em R\$
2020	R\$ 430.281.690,13
2019	R\$ 503.354.899,45
2018	R\$ 521.615.885,61
2017	R\$ 461.249.553,7

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	Valores em R\$	Valores em R\$
Exercício Social 2020	Lucro Líquido p/ Ação	Dividendos p/ Ação
Ações Ordinárias - ON	R\$ 1,21149210275	R\$ 0,28772937440
Ações Pref. A - PNA	R\$ 1,33264131303	R\$ 0,31650231184
Ações Pref. B - PNB	R\$ 1,33264131303	R\$ 0,31650231184

	Valores em R\$	Valores em R\$
Exercício Social 2019	Lucro Líquido p/ Ação	Dividendos p/ Ação
Ações Ordinárias - ON	R\$ 1,41817300555	R\$ 0,33659343087
Ações Pref. A - PNA	R\$ 1,55999030611	R\$ 0,37025277396
Ações Pref. B - PNB	R\$ 1,55999030611	R\$ 0,37025277396

	Valores em R\$	Valores em R\$
Exercício Social 2018	Lucro Líquido p/ Ação	Dividendos p/ Ação
Ações Ordinárias - ON	R\$ 1,39521821066	R\$ 0,34880455266
Ações Pref. A - PNA	R\$ 1,53474003172	R\$ 0,38368500793
Ações Pref. B - PNB	R\$ 1,53474003172	R\$ 0,38368500793

Não houve juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

Ano	Valor em R\$
2018	26.080.794,28
2019	25.167.744,97
2020	21.514.084,51

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Reserva Legal é constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. Nos períodos informados no item 8.a. acima foi destinado 5% do lucro líquido à reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não há dividendos fixos ou mínimos para as ações preferenciais. Entretanto, o Estatuto Social estabelece em seu Art. 5º, Parágrafo 2º e 3º, que as ações preferenciais classe A e B terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme a legislação societária.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos estão sendo pagos integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há dividendos obrigatórios retidos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não há

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não há

d. Justificar a constituição da reserva

Não há

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não há

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não há

c. Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Ano	Lucros retidos em R\$
2018	371.651.318,50
2019	358.640.365,86
2020	306.575.704,22

Referente ao exercício social de 2020, a Administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes no valor de R\$ 306.575.704,22 (trezentos e seis milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, setecentos e quatro reais e vinte e dois centavos) visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de capital da Companhia ao longo do exercício social de 2021.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Documento constante do Anexo V desta proposta.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Não há

b. Explicar a natureza da destinação

Não há

ANEXO V

Orçamento de Capital

Aos

Acionistas da

MRS Logística S/A

Apresentamos a seguir a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2021, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/1976, para retenção de parcela do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras do exercício de 2020, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração de 24 de março de 2021, bem como a realização do Orçamento de Capital de 2020.

Retenção de lucros:

A Administração propôs a retenção dos lucros remanescentes em reserva de expansão/investimentos no valor de R\$306.575.704,22 (trezentos e seis milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, setecentos e quatro reais e vinte e dois centavos), visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia.

Orçamento de capital:

O orçamento de capital será financiado pelos lucros retidos no exercício de 2020 e pelos recursos decorrentes da atividade de financiamento de 2021.

Com relação aos projetos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2020, foram realizados 83,8% dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Em milhares de Reais			
Investimentos	Orçado 2020	Realizado 2020	Realizado (-) Orçado
Via permanente ¹	522.144	432.950	(89.194)
Material rodante ²	281.619	253.481	(28.138)
Programa SMS ³	31.864	16.091	(15.773)
Sistemas de eletroeletrônica	19.567	15.829	(3.738)
Diversos	82.068	66.696	(15.372)
Total	937.262	785.047	(152.215)

1. Investimentos em expansão, confiabilidade de infra e modernização de via permanente.

2. Investimentos em aquisição, confiabilidade e modernização de material rodante.

3. Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de março de 2021, os Conselheiros deliberaram propor em Assembleia Geral de Acionistas, a retenção de R\$306.575.704,22 (trezentos e seis milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, setecentos e quatro reais e vinte e dois centavos) correspondente a 75% do lucro líquido do exercício de 2020, após constituição da Reserva Legal, para custeio de parte dos investimentos previstos no orçamento de capital do exercício de 2021.

O orçamento de capital para o exercício de 2021 está composto pelas seguintes fontes de recursos:

	Em milhares de Reais
Fontes de recursos	
Caixa para cobrir investimentos	1.054.193
Captações 2021	<u>405.168</u>
Total das fontes de recursos	<u>1.459.361</u>

A seguir, é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2021:

Investimentos	<u>Orçado 2021</u>
Material rodante ¹	704.792
Via Permanente ²	600.618
Programa SMS ³	46.144
Sistemas de eletroeletrônica	25.195
Diversos	<u>82.612</u>
Total	<u>1.459.361</u>

1. Investimentos em aquisição, confiabilidade e modernização de material rodante.
2. Investimentos em expansão, confiabilidade de infra e modernização de via permanente.
3. Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021

A diretoria